

Relatório Anual de Informações 2016

COMPROMISSO ATRAVÉS DO TEMPO

MENSAGEM DA DIRETORIA

Joel Barker, em um antigo vídeo de treinamento gerencial intitulado “O poder de uma visão”, abordava a importância da visão positiva de futuro para nações, empresas e indivíduos que querem fazer alguma diferença no mundo. O autor observou que alguns líderes, em momentos de crise, se prostram diante dos problemas e deixam de pensar no futuro. Mas destacou casos em que a atitude oposta, de visão positiva do futuro, mesmo em momentos de crise, foi essencial para construir um futuro melhor.

Este ensinamento é relevante especialmente em fundos de pensão, pois o futuro é onde almejamos obter nossos resultados, honrar nossos compromissos, desfrutar dos benefícios. E nossa visão positiva de futuro é impulsionada por um propósito nobre, que é o de cuidar do futuro das pessoas, que traz significado profundo, inspirador e motivador.

Mas Joel Barker adverte que *“Uma visão sem ação não passa de um sonho. Ação sem visão é só um passatempo. Mas uma visão com ação pode mudar o mundo”*. E, na Fibra, nossas ações são todas direcionadas por essa visão, por esse profundo entendimento de nosso propósito, pelo compromisso que temos com nossos participantes, quer seja na gestão dos investimentos, no dimensionamento do passivo atuarial, no pagamento dos benefícios, na estruturação de sistemas e processos internos, nos controles

implantados, em tudo o que fazemos. É esse propósito que nos move, que nos impulsiona.

Nesse relatório, estaremos apresentando a vocês um pouco dos resultados, nos números, e dos projetos que estamos empenhados em implantar. A Fibra está com seu equilíbrio técnico dentro dos parâmetros permitidos pela legislação e no curto prazo não estão previstos aumentos de contribuições. Entretanto, o aumento da longevidade e a queda das taxas de juros representam desafios importantes a serem enfrentados.

Estamos nos preparando para enfrentar os desafios, priorizando o fortalecimento da governança, com plano de sucessão em todos os níveis, o saldamento do plano de benefícios atual e a criação de um novo plano de benefícios, temas que vêm sendo debatidos há algum tempo com todos os envolvidos, representantes dos participantes, Itaipu, entidades sindicais e associativas, com vistas à implantação das alternativas que mais se adéquem às necessidades e possibilidades

técnicas. A proposta técnica da Fibra está consolidada e no momento passa por avaliação interna no âmbito de Itaipu, abrangendo aspectos de sua binacionalidade.

O caminho construído pela Fibra, ao longo destes anos, foi pavimentado por pessoas que contribuíram e continuam contribuindo para o fortalecimento de nossa entidade. A todos, diretores da patrocinadora, colegiados e colaboradores da Fibra, participantes ativos e assistidos, atores deste processo, nossos agradecimentos pelo apoio e pela confiança, certos de que, juntos, iremos longe...

“ Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe”

Clarice Lispector



SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os resultados da Fibra em 2016 estão detalhados neste relatório. Contudo, segue abaixo uma síntese dos principais números:

- A Fibra pagou R\$ 214,90 milhões em benefícios a seus assistidos (incluindo o pagamento de Resgates) e recebeu R\$ 93,32 milhões em contribuições dos participantes ativos, autopatrocinados, assistidos e patrocinadores;
- Encerrou o exercício com 1.750 assistidos (aposentados e pensionistas) e 1.416 participantes (ativos, autopatrocinados, BPD/Vesting e em suspensão de contribuição). Desde o ano de 2012, a quantidade de assistidos do Plano é superior à quantidade de participantes.
- O passivo atuarial cresceu 9,53%, de R\$ 3,28 bilhões para R\$ 3,59 bilhões;
- O Patrimônio de Cobertura do Plano cresceu 10,26%, de R\$ 2,97 bilhões para R\$ 3,27 bilhões;
- A Fibra encerrou o exercício com um Déficit Ajustado de R\$ 167,84 milhões, considerando-se neste número o Déficit Contábil de R\$ 315,67 milhões e o ajuste positivo de precificação dos títulos federais de R\$ 147,83 milhões;
- As rentabilidades da Fibra foram de 14,42% (pelo sistema de Cotas dos Investimentos) e de 14,68% (pelo método de Taxa Interna de Retorno do Patrimônio Líquido Contábil), as duas superiores à meta atuarial de 12,41%. As melhores rentabilidades do ano foram provenientes de investimentos estruturados (35,14%), renda variável (32,01%), empréstimos (17,98%) e renda fixa (13,76%). Os resultados inferiores às necessidades atuariais estiveram localizados nos segmentos de investimentos em imóveis (1,98%) e investimentos no exterior (-13,95%);
- O fator mais relevante que contribuiu positivamente para o resultado do ano foi a rentabilidade obtida, superior à meta atuarial (R\$ 68,09 milhões);
- Os principais fatores que contribuíram negativamente para o resultado do ano foram a elevação das provisões atuariais (passivo atuarial) acima do previsto, decorrente, principalmente, das alterações nas Hipóteses de Crescimento Real de Salário (R\$ 13,07 milhões), Rotatividade (R\$ 0,10 milhão) e Fator de Capacidade (R\$ 2,21 milhões).

CURIOSIDADES

Você sabia que:

Em jan/1997 o patrimônio da Fibra era de R\$ 214 milhões?

Nos últimos 20 anos, a Fibra recebeu R\$ 908 milhões em contribuições, pagou R\$ 1,54 bilhão em benefícios e obteve R\$ 3,4 bilhões em rentabilidade de investimentos?

Desde 2006 a Fibra vem pagando anualmente mais em benefícios do que recebe de contribuições?

O patrimônio da Fibra alcançou o primeiro bilhão em 2005, o segundo bilhão em 2011 e o terceiro bilhão em 2016?

A Fibra encerrou 2016 com patrimônio de R\$ 3,27 bilhões?

Resultado Consolidado de 2016

Em comparação ao ano anterior, o passivo atuarial cresceu 9,53%, inferior à variação do ativo líquido, que foi de 10,26%, conforme demonstrado na seguinte tabela:

Reservas	2015 R\$ Mil	2016 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Reserva Matemática (Passivo Atuarial) ¹	3.276.199	3.588.457	312.258	9,53%
Reserva de Benefícios Concedidos	2.333.590	2.638.248	304.658	13,06%
Reserva de Benefícios a Conceder	990.741	997.402	6.661	0,67%
Reserva a Amortizar	-48.132	-47.193	939	-1,95%
Reserva Técnica (Ativo Líquido) ²	2.968.181	3.272.787	304.606	10,26%
Resultado Acumulado ³	-308.018	-315.670	-7.652	2,48%
Ajuste de Precificação ⁴	137.765	147.828	10.063	7,30%
Equilíbrio Técnico Ajustado	-170.253	-167.842	2.410	-1,42%

1. Passivo atuarial (denominado reserva matemática): representa o valor atual dos compromissos atuais (benefícios concedidos) e futuros (benefícios a conceder), já descontada a expectativa do recebimento de contribuições futuras.
2. Ativo líquido (denominado reserva técnica): representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos do passivo atuarial, já descontadas as provisões diversas, em especial para questões tributárias.
3. Resultado acumulado: representa o resultado da diferença entre a evolução do ativo líquido e do passivo atuarial (se positivo, resulta em um superávit, se negativo, em déficit).
4. Ajuste dos títulos públicos calculado, conforme Resolução CNPC nº 16/2014.

Projeto de Saldamento do Plano Vigente e Criação de Novo Plano de Benefícios

Este projeto é fruto de debate antigo no âmbito da Fibra – que vinha discutindo exaustivamente este tema em grupo de trabalho constituído em 2005, tendo concluído proposta em 03/09/2014, devidamente formalizada para Itaipu.

Em 2016, este projeto passou para novo estágio, agora no âmbito binacional de Itaipu, a partir da emissão da RCA 007/2016, de 26/02/2016, que definiu diretrizes para saldamento dos planos previdenciários e criação de novos planos, no Brasil e no Paraguai, e da publicação do edital por Itaipu, em dez/2016, para contratação de consultoria, que realizará estudos em ambos os países.

GESTÃO ESTRATÉGICA

Visão Estratégica – Propósito da Fibra é cuidar do futuro das pessoas!

Esta visão de propósito, construída em evento no qual participaram todos os colaboradores da Fibra, norteou a elaboração do novo Mapa Estratégico, que busca a convergência dos diversos modelos de gestão em uso (riscos, qualidade, pessoas, processos, recursos organizacionais, competências), preparando a Fundação para os desafios do século XXI.

MISSÃO

Contribuir para uma aposentadoria digna, assegurando, através do tempo, os benefícios do plano previdenciário a seus clientes, bem como a prestação dos serviços associados.

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência em produtos e serviços previdenciários, por seus clientes e em seu segmento.



O PROPÓSITO DA FIBRA É **CUIDAR DO FUTURO DAS PESSOAS**.
A Fibra entende por “clientes” seus participantes e patrocinadores.

VALORES:
· ZELO COM AS PESSOAS · PAIXÃO PELO QUE FAZ · TRANSPARÊNCIA
· INTEGRIDADE · PRUDÊNCIA

Este mapa integra o processo de planejamento estratégico da Fibra, utilizado desde o ano 2000 como ferramenta de gestão, mas em constante aprimoramento, porque os desafios e a complexidade do momento exigem aperfeiçoamento da governança das organizações, capacidade de interpretação dos cenários e de posicionar a entidade frente às oportunidades e aos riscos.

Além da avaliação dos ambientes interno e externo, a Fibra utiliza os resultados da Avaliação Anual de Riscos e da Pesquisa de Satisfação dos Participantes como insumos para elaboração de seu Planejamento Estratégico, que subsidiam o estabelecimento das diretrizes e estratégias que irão nortear a Fundação no próximo ano e fundamentam os projetos a serem desenvolvidos no período.

O resultado destes projetos é avaliado anualmente, assim como os planos de ação definidos com base na avaliação de riscos, fornecendo elementos para avaliação dos resultados obtidos.

Todo este processo é desenvolvido pelo Comitê de Gestão Estratégica da Fibra (composto pela equipe de gerentes), discutido com a Diretoria Executiva e aprovado e monitorado pelo Conselho Deliberativo.

Governança Corporativa

A estrutura de Governança da Fibra é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Comitê de Investimentos e Diretoria Executiva. Conta ainda com uma equipe técnica de 37 empregados, distribuídos em sete gerências. Para compor uma visão de estrutura matricial, foi criado o Comitê de Gestão Estratégica – CGE, grupo multifuncional composto por todos os gerentes da Fibra e responsável por análises e pela apresentação de sugestões sobre temas estratégicos de gestão.

O quadro seguinte apresenta a síntese da quantidade e temas debatidos nas reuniões realizadas em 2016 pelos colegiados:

Colegiado	Nº reuniões no ano	Horas de reuniões no ano	Informações dos colegiados - 2016		
			Principais temas debatidos nas reuniões		
Conselho Deliberativo	8	36	Aprovação de Plano de Custeio, Hipóteses Atuariais e respectivos Estudos Técnicos de Adequação.	Aprovação de aquisições acima do limite de alçada da Diretoria.	Designação de membros para Comitês de Ética e de Combate a Fraudes e à Corrupção.
			Aprovação e emissão de Parecer sobre as Demonstrações Contábeis da Fibra.	Aprovação do Planejamento Estratégico da Fibra e metas para Participação nos Resultados.	Acompanhamento da gestão de investimentos, benefícios, desempenho orçamentário.
			Aprovação de Orçamento da Fibra.	Aprovação das metas dos Indicadores de Gestão Administrativa. 	Outras deliberações de sua alçada, conforme estabelecido em Estatuto.
			Aprovação de contratação de consultorias atuariais, jurídicas, etc. 	Aprovação de normativos internos da Fibra ou alterações, como: Estatuto, Regulamento do Plano, Manual de Organização, Estrutura de Pessoal da Fibra, Políticas de Investimentos, Código de Princípios e Conduta Ética, Política de Combate a Fraudes e à Corrupção, Norma de Aquisições, etc. 	
Conselho Fiscal	7	120	Análise e aprovação dos balancetes mensais.	Análise de relatórios mensais do plano de benefícios contendo: quantidades de benefícios concedidos, receitas e despesas previdenciais, evolução de reservas matemáticas, evolução de números de participantes, etc.	Emissão de Parecer sobre Estudos Técnicos das Hipóteses Atuariais.
			Análise de desempenho orçamentário.	Análise de Controles internos contendo: gestão de riscos, cumprimento de obrigações legais, não conformidades de pontos de auditorias, etc. 	Elaboração de Relatórios de Manifestação do Conselho Fiscal.
			Análise de relatórios mensais de investimentos contendo: rentabilidades, enquadramentos, riscos, composição de carteira, investimentos em derivativos, etc.		Emissão de Parecer sobre Demonstrações Contábeis.
Comitê de Investimentos	12	52	Verificação do desempenho da Carteira de Investimentos.	Mudanças no balanceamento do portfólio de investimentos.	Discussão de premissas e cenários macroeconômicos para o estudo de ALM.
			Apreciação de propostas de investimentos.	Apreciação de normas e critérios. 	Propostas para revisão da Política de Investimentos da Fibra.
			Verificação da aderência dos investimentos aos limites estabelecidos.		

Capacitação e Desenvolvimento

Para garantir a capacitação, o desenvolvimento e o aprimoramento constante do processo de gestão da Fibra, foram realizadas, em 2016, 1.961 horas de treinamentos, sendo 991 para os diretores e membros dos colegiados e 970 para a equipe técnica.

Em relação às certificações, a Fibra atingiu, no mesmo exercício, o índice de 100% de seus diretores e colegiados devidamente certificados, atendendo plenamente o que a legislação estabelece. No segundo semestre do ano, para regulamentar as novas definições da PREVIC, foi promovido um curso preparatório para certificação CPA 20.

Fiscalização e Auditorias

A Fibra possui certificação na categoria ISO 9000 desde 1999 e tem garantido sua manutenção em todas as versões da referida Norma. As auditorias internas e externas do SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade – visam à manutenção da certificação, atualmente ISO 9001:2008, além da melhoria contínua de nossos processos. Foram realizadas, no exercício, duas auditorias, sendo uma interna, efetuada por auditores empregados do quadro próprio e capacitados para tanto, e a outra externa, realizada pela empresa certificadora BVC – *Bureau Veritas Certification*, a qual não identificou não conformidades nos processos e indicou a manutenção do Certificado.

Em 2016, teve início um processo de fiscalização de acompanhamento pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, o órgão supervisor das entidades de previdência complementar no Brasil. Essa fiscalização contemplou a solicitação para que a Fibra apresentasse documentos, normativos e controles internos para serem analisados pelos auditores fiscais. Também dentro do escopo da fiscalização da PREVIC, os auditores realizaram reuniões com os Conselhos Deliberativo e Fiscal, além de reuniões e entrevistas com os diretores e os técnicos da Fibra. Essa auditoria encontra-se em andamento e até o final do ano não havia sido apresentado relatório (ou recomendação) pela PREVIC.

Código de Conduta e Princípios Éticos

A Fibra possui um Código de Conduta e Princípios Éticos, criado em 2003 e revisto em 2016, que objetiva tornar pública a visão sobre o comportamento ético esperado de seus empregados, diretores, colegiados e prestadores de serviço, tanto nas relações internas como no relacionamento com participantes, instituições públicas, fornecedores e comunidade em geral. Este código define e detalha alguns princípios a serem observados, além de tratar uma série de vedações, estabelecer o dever de sigilo no trato de informações administradas pela Fibra e dar orientações sobre os relacionamentos, vedando discriminação ou preconceito e repudiando condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza.

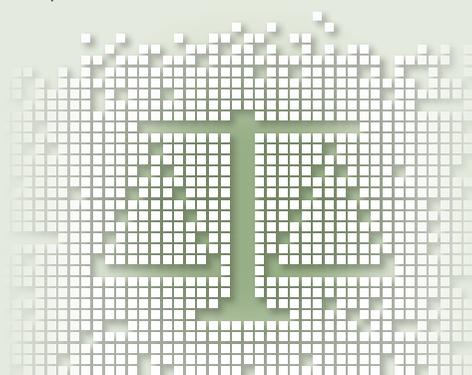
Para conduzir o assunto na Fibra, existe um Comitê de Ética, ao qual cabe sanar dúvidas, responder consultas e emitir pareceres sobre casos específicos detectados.

Política de Combate a Fraudes e à Corrupção

A Fibra implantou em novembro/2016 uma Política de Combate a Fraudes e à Corrupção, que visa estabelecer diretrizes e atribuir responsabilidades para a identificação de ações em desconformidade com o ambiente legal e normativo, em complementação ao Código de Condutas e Princípios Éticos.

Essa Política, aprovada pelo Conselho Deliberativo, definiu a criação de um Comitê de Análise de Denúncias de Fraudes e de Corrupção e definiu também os atos ilícitos a serem combatidos, bem como as ações de prevenção, detecção e combate pertinentes.

Os membros do Comitê de Análise de Denúncias de Fraudes e Corrupção são designados pelo Conselho Deliberativo da Fibra, contemplando um representante do próprio Conselho Deliberativo (representante de Itaipu), um representante do Conselho Fiscal (eleito pelos participantes ativos), um representante do Comitê de Investimentos (eleito pelos assistidos) e um representante da Fibra. Essa composição diversificada assegura independência no trato do assunto.



ATIVO

2016: um ano nada monótono

Mundo

Logo no 1º mês do ano o Banco do Japão anunciou a adoção de taxas de juros negativas, movimento seguido por outros bancos centrais, fazendo com que investidores passassem a lidar com as consequências de alocação em produtos mais arriscados em busca de retornos. Na Europa, a decisão do plebiscito realizado em junho pela saída do Reino Unido do bloco causou surpresa e apreensão sobre o futuro da região, com reflexo imediato sobre a libra esterlina, que desvalorizou mais de 17% frente ao dólar, atingindo seu valor mais baixo em 30 anos. Além disso, o Banco Central Europeu manteve os estímulos à economia por meio do programa de compra de ativos.

EUA

Nos Estados Unidos, o ano foi marcado pelo aumento de 0,25% da taxa básica de juros, pela eleição do republicano Donald Trump e pelas dúvidas associadas à condução da principal economia do mundo daqui para frente, seja em relação à eventual adoção de medidas protecionistas, seja sobre a nova política econômica a ser adotada e seu impacto para a economia dos demais países.

China

Na China, o ano que passou foi marcado pela saída de capitais, em função da possibilidade de elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, levando o yuan a se desvalorizar frente ao dólar. Ao longo de 2016, houve continuidade do crescimento do volume de investimentos chineses no exterior iniciado em 2015, tendo em vista a estratégia de incentivo para compra de ativos para estimular o crescimento, o qual se manteve dentro das expectativas do mercado em 2016.

Petróleo

Outro fato que marcou a economia global foi o preço do barril de petróleo, que, após atingir o valor mais baixo dos últimos anos (em fevereiro), subiu de US\$ 30 para US\$ 56, revertendo o ciclo de queda que se iniciou em 2014 e ajudando a puxar a alta das bolsas globais, que registraram valorização superior a 16% em 2016, a despeito da volatilidade observada nos mercados com a saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump.

Brasil

No Brasil, o ano, que marcou a realização da primeira olimpíada no país, iniciou com grande instabilidade política, culminando no *impeachment* de Dilma Rousseff, além de rescaldos no poder legislativo decorrentes da Operação Lava-Jato que se arrastaram durante todo o ano.

O novo governo encaminhou e aprovou junto ao Congresso medidas para contenção de gastos primários federais para os próximos 20 anos, além de sinalizar uma proposta para reforma da previdência. Não obstante, a confiança dos empresários, que havia subido durante meses após o anúncio da nova equipe econômica e da esperança de rápida retomada do crescimento, começou a perder força face à constatação de que os principais indicadores da economia iriam mesmo desapontar em 2016.



PIB e Inflação

O PIB encerrou mais um ano no campo negativo (-3,60%), com contração da produção industrial da ordem de -6,60% e taxa de desemprego em torno de 12%.

A taxa básica de juros (Selic), que iniciou o ano em 14,25%, foi reduzida em duas oportunidades, encerrando o ano a 13,75%, diante de dados econômicos fracos. A inflação foi o destaque positivo, encerrando o ano a 6,29%, abaixo do teto da meta perseguido pelo governo (de 6,50%), sendo possível observar sincronismo na queda dos principais núcleos do IPCA, o que pode indicar um processo de arrefecimento da inflação.

Dólar

Ainda que tenha registrado o maior valor da história do Plano Real, chegando a ser cotado a R\$ 4,16 no início do ano, o dólar encerrou 2016 com performance de -16,54%, sendo a maior desvalorização desde 2009. Tal trajetória pode ser explicada: (i) pelo aumento da confiança dos investidores com o Brasil ao longo do ano; (ii) pela perspectiva de queda mais branda da taxa de juros Selic e menor demanda por dólares; (iii) pelo fluxo de capitais da Europa para países emergentes após o referendo pela saída do Reino Unido do bloco europeu; e (iv) pelas incertezas quanto à retomada da alta de juros nos Estados Unidos.

Bolsa de Valores

Após um 2015 difícil (quando acumulou perdas de 13,31%), o Ibovespa, principal índice da bolsa de valores brasileira, registrou forte recuperação em 2016, obtendo performance de 38,94% (maior alta desde 2009) e encerrando o ano aos 60.227 pontos. Colaboraram para este resultado a evolução do cenário político e a mudança do ponto de vista fiscal, a apreciação de algumas *commodities*, como o petróleo, e a volatilidade nos mercados globais após a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia e a eleição do candidato republicano Donald Trump nos Estados Unidos, que permitiu o fluxo de investidores para mercados emergentes, como o Brasil.



Rentabilidade Geral dos Investimentos

Em 2016, a rentabilidade obtida foi de 14,42%, superior à meta atuarial, que encerrou o ano com 12,41%. Tal resultado foi obtido em um ano marcado por grande instabilidade política e econômica, não só no Brasil, mas no mundo todo. Este resultado foi possível em função da alocação conservadora da Fibra, com mais de 80% de exposição em renda fixa, além da alta relevante do Ibovespa, que registrou 38,94%, em função da recuperação da confiança dos agentes de mercado com a possibilidade de retomada do crescimento econômico.

Diferentemente de 2015, quando apenas duas carteiras superaram a meta atuarial, em 2016 quatro carteiras superaram a meta atuarial (estruturados com 35,14%, renda variável com 32,01%, empréstimos com 17,98% e renda fixa com 13,76%) e duas ficaram abaixo (imóveis com 1,98% e investimento no exterior com -13,95%), sendo que a carteira de investimento no exterior apresentou rentabilidade negativa em função da desvalorização do Dólar frente ao Real (a performance dos fundos lá fora foi positiva: BB BlackRock IE performou +5,10% e o BB J P Morgan IE performou +8,25%).

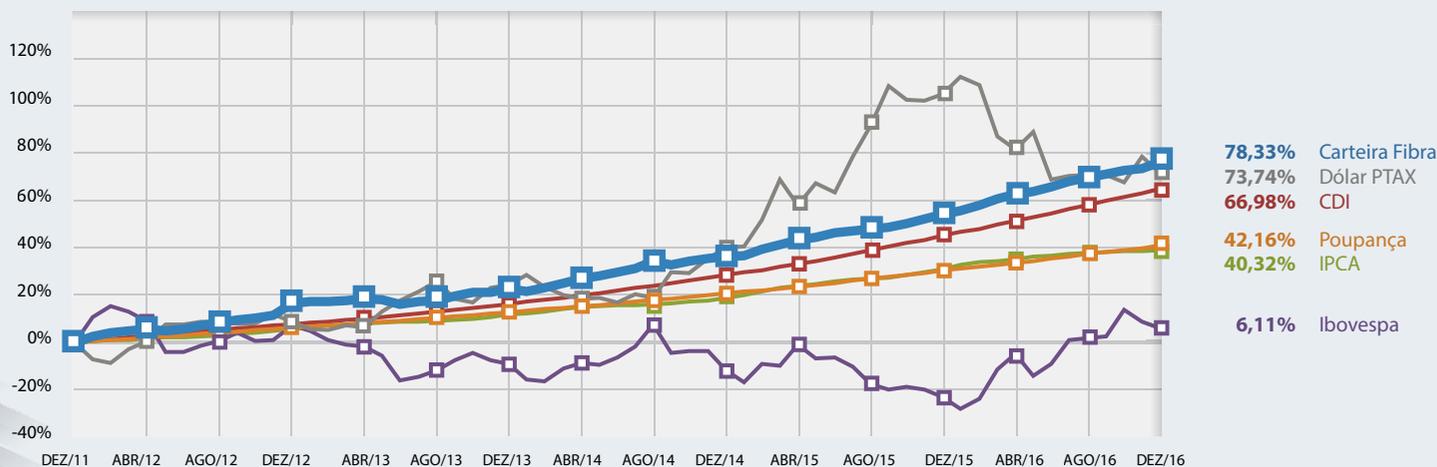
Rentabilidade Acumulada em 2016

Ibovespa	38,94%
Carteira Fibra	14,42%
CDI	14%
Poupança	8,3%
IPCA	6,29%
Dólar PTAX	-16,54%

Importante observar que a estratégia de diversificação da Fibra foi fundamental para capturar os ganhos de 2016: se em 2015 a estratégia com exposição ao dólar (renda variável internacional) tinha obtido a melhor performance, em 2016 foi a renda variável local quem apresentou performance relevante, dentre estas duas carteiras.

O gráfico de resultado de longo prazo demonstra que, após um ano de grande volatilidade, a gestão dos investimentos conseguiu superar os demais indicadores ao longo do tempo.

Rentabilidades Acumuladas – 5 anos





Política de Investimentos

As revisões das Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em dezembro de 2016. Considerando as projeções para o cenário macroeconômico e as sugestões de alocação contidas no estudo de ALM (Asset Liability Management), a Fibra promoveu mudanças na sua Política de Investimentos ao definir novos limites de exposição para cada segmento, em consonância com as projeções de cenário macroeconômico para 2017.

As novas Políticas de Investimento do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa foram publicadas integralmente na página da Fundação na internet.

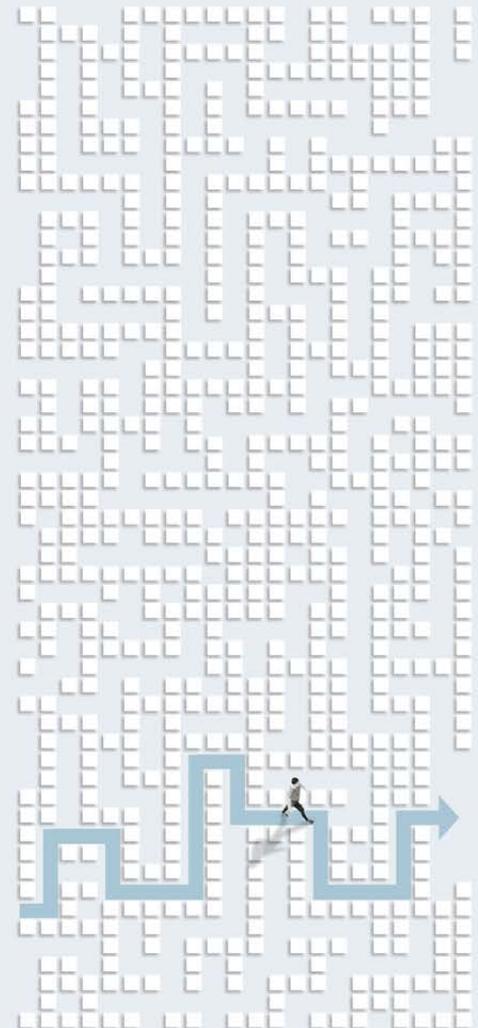
Estratégia de Investimentos

No ano de 2016, a Fibra permaneceu posicionando suas estratégias de investimentos de forma conservadora, assim como havia feito em 2015. O objetivo dessas medidas era superar a meta atuarial e ao mesmo tempo controlar a exposição a riscos (em renda fixa e variável), protegendo o patrimônio da Fundação contra eventuais oscilações na inflação e perdas relevantes na renda variável, haja vista as inúmeras incógnitas sobre os rumos da política e da economia nos primeiros meses do ano e, mais tarde, no segundo semestre, a surpresa com a saída do Reino Unido da União Europeia e a confirmação do resultado das eleições presidenciais nos Estados Unidos.

A estratégia de investimentos também contemplou a possibilidade de utilização dos ativos mantidos em caixa para aproveitar eventuais oportunidades oferecidas nos momentos de volatilidade. Diante disso, listamos as principais ações realizadas em 2016:

- Aquisições de títulos públicos na curva de aquisição, com prêmios acima da meta atuarial;
- Vendas de títulos públicos de curto prazo, marcadas a mercado, para alinhamento ao ALM e buscando prêmios acima da meta atuarial;
- Manutenção de parcela em caixa, garantindo liquidez para novas aquisições de títulos públicos ou outros ativos/outras estratégias;
- Manutenção de parcela relevante (média de 72,25%) da carteira de renda variável em estratégias passivas e indexadas ao Ibovespa, para capturar eventuais retomadas da bolsa de valores;
- Manutenção da parcela de investimentos no exterior, procurando manter a exposição de parte da carteira ao mercado acionário global.

A continuidade na adoção de políticas conservadoras de investimentos, assim como adotado em 2015, teve como base o cenário político e econômico, no Brasil e no exterior, além da atual característica do Plano Previdencial.



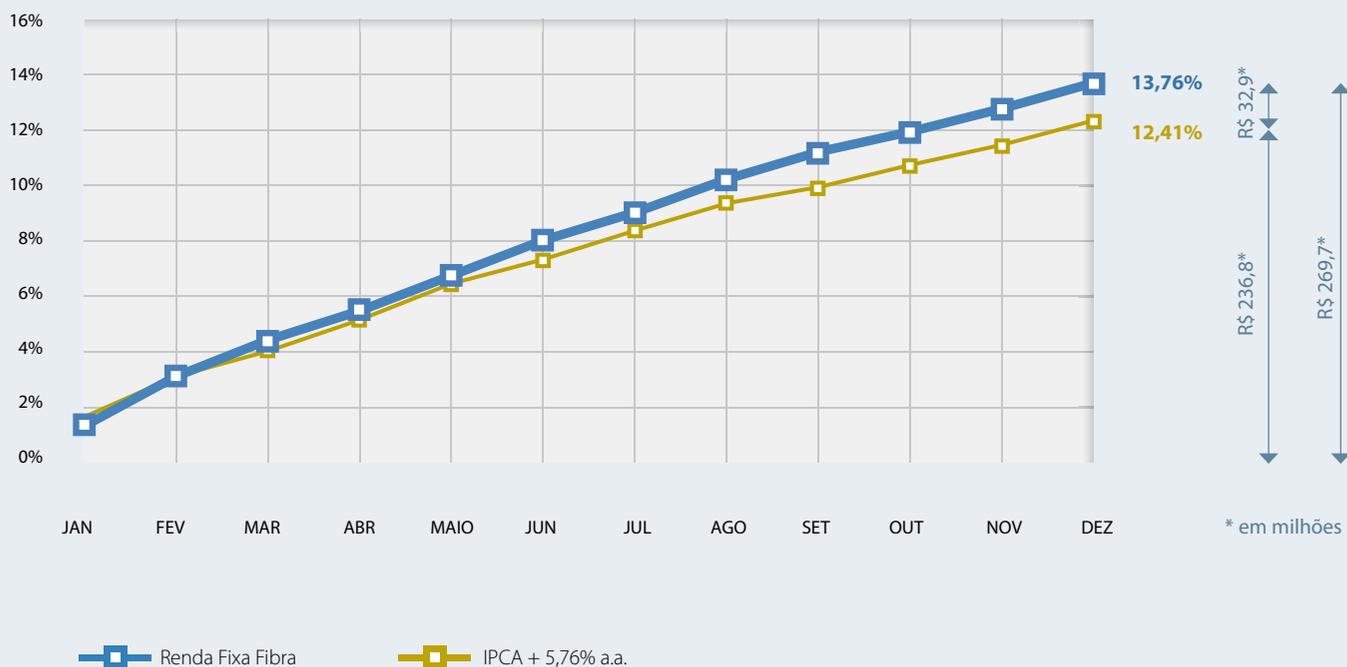
Rendimentos Obtidos em Renda Fixa

Em 2016, a carteira de renda fixa da Fibra obteve rentabilidade de 13,76% contra 12,41% da meta atuarial (IPCA+5,76% ao ano).

A rentabilidade da renda fixa marcada a mercado foi de 27,69%, taxa esta inferior ao *benchmark* (IMA composto), que acumulou 28,49% no exercício, em razão do fechamento dos prêmios dos títulos públicos federais e a composição da carteira apresentar parcela alocada em Fundos de Liquidez (para fazer frente a novas oportunidades), em torno de R\$ 300 milhões, com exposição ao CDI.

Dentre os principais movimentos registrados na carteira de renda fixa, a Fibra adquiriu R\$ 110,6 milhões em títulos públicos federais de médio e longo prazos e realizou operações de venda de aproximadamente R\$ 28,1 milhões, decorrentes de oportunidades pontuais para aquisição de títulos públicos com prêmios acima da meta atuarial.

Ainda que tenha ocorrido movimento de redução da taxa de juros Selic, a Fibra observou que, assim como nos anos anteriores, em 2016 o mercado de crédito privado continuou caracterizado por baixa atratividade de prêmios em função dos riscos das emissões, os quais cresceram substancialmente, afastando o interesse da Fibra para novas operações de crédito privado. Tanto o volume quanto o número de operações de crédito privado caíram de 2015 para 2016, com destaque para a redução no volume de emissões de debêntures (-11,71%) e FIDC's (-35,04%).

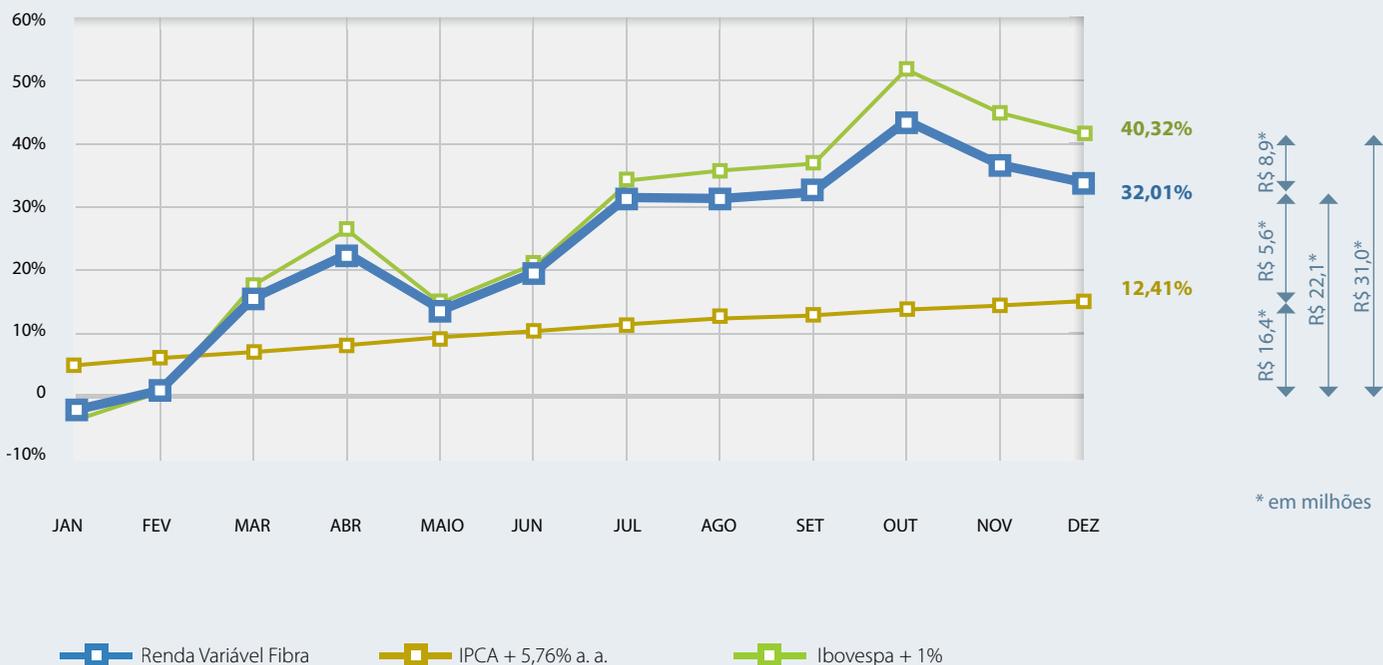


Rendimentos Obtidos em Renda Variável

Em 2016, a carteira de renda variável obteve rentabilidade de 32,01% contra 40,32% do *benchmark* (Ibovespa+1%). Importante mencionar que o cenário macroeconômico do início do ano apontava para um período de grandes desafios, com juros e inflação em alta, perspectiva de baixo crescimento, incertezas políticas e instabilidades geopolíticas globais, apenas para citar alguns, e que foram levados em consideração para a adoção de uma gestão voltada à preservação de capital por meio de uma carteira de renda variável conservadora, que priorizasse estratégias passivas e indexadas ao índice Ibovespa, a qual encerrou o ano representando 75,5% da carteira de renda variável.

A parcela ativa da carteira de renda variável, que representava 24,5%, era composta por três fundos voltados ao segmento valor e garantiu a amortização de aproximadamente R\$ 8,4 milhões ao longo do ano, mas não evitou o descolamento do desempenho da carteira em relação ao Ibovespa (e o seu *benchmark*), uma vez que, por se tratar de fundos fechados (ilíquidos), não era possível se desfazer da posição.

Ainda que a Fibra tenha encerrado o ano de 2016 com 4,88% do seu Patrimônio alocado em renda variável, tal alocação permaneceu em níveis historicamente baixos em função das incertezas do cenário macroeconômico.

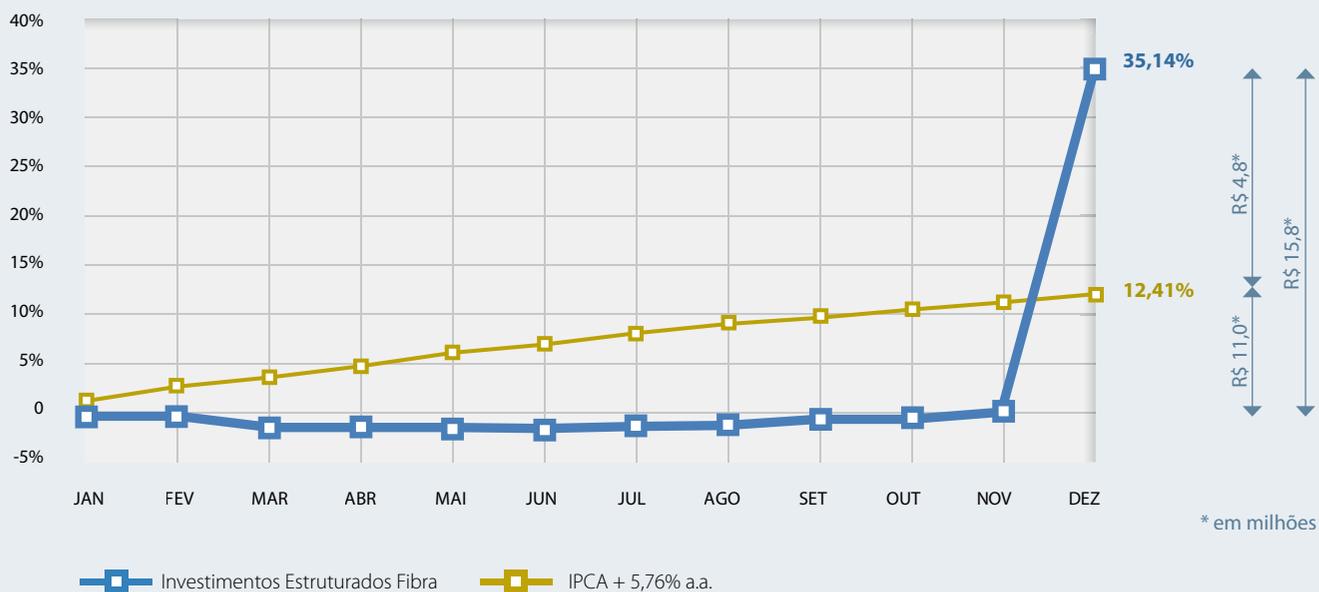


Rendimentos Obtidos em Estruturados

Ainda que a retração da economia, também observada no ano anterior, tenha permanecido ao longo de 2016, os Fundos de Investimento em Participações (FIP) nos quais a Fibra investe, caracterizados por fundos que investem na economia real por meio de participação em empresas, apresentaram bom desempenho no ano.

A Fibra, que diversificou sua alocação nestes fundos por meio de investimentos ao longo dos anos, adota diversificação de setores e gestores para ter acesso a diferentes mercados e estratégias. Desta forma, a Fibra investe em setores como açúcar e álcool, óleo e gás, portos, shoppings, energia renovável, entre outros. Em 2016, a Fibra obteve o 1º desinvestimento completo de FIP, o fundo Capital Mezanino FIP, no qual foram investidos R\$ 10 milhões em 2006 e recebeu de volta aproximadamente R\$ 21,1 milhões, representando um retorno líquido anualizado de 17,50% ao ano, ou 2,7 vezes o capital investido. Apenas como base de comparação, a meta atuarial da Fibra anualizada no mesmo período foi de 12,65% ao ano. Em outros casos, o retorno de alguns projetos vem sendo prejudicado por fatores diversos, especialmente na área de açúcar e álcool (endividamento das companhias investidas) e na área de energia elétrica (queda de torres eólicas, atrasos em projetos, problemas com fornecedores, etc.). Ainda que a alocação da Fibra seja de apenas 3,31% do patrimônio, estes recursos estão divididos em 10 fundos investidos e 37 projetos, cuja diversificação permite minimização dos riscos.

Além disso, a valorização de ativos que compõem os fundos de participações nos quais a Fibra investe também contribuiu para a performance de 35,14%, abaixo do seu *benchmark* (Ibovespa+3,5%), que registrou 43,80% na esteira da retomada da confiança com a economia, mas acima da meta atuarial, que atingiu 12,41%. Ainda que tal resultado tenha sido registrado, a Fibra permanece acompanhando ativamente a performance destes fundos.



Rendimentos Obtidos em Investimentos no Exterior

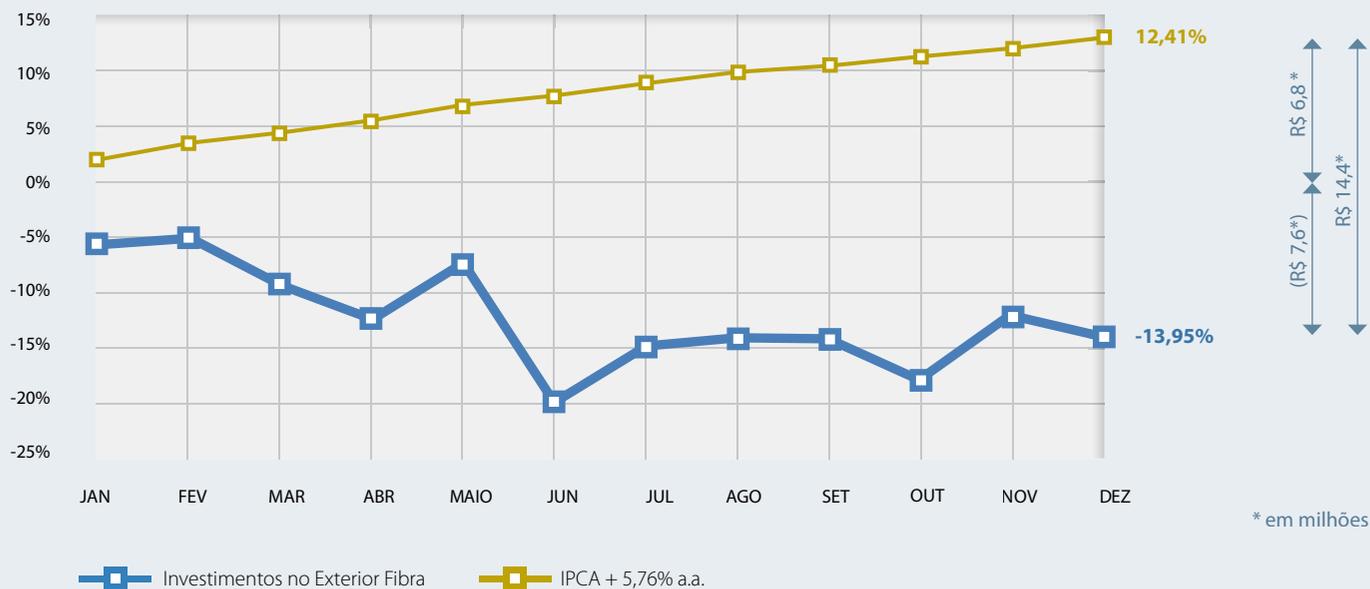
A Fibra iniciou os investimentos no exterior em 31/01/2014, como estratégia de diversificação de carteira, depois de amplo debate com o comitê de investimentos e com o conselho deliberativo, buscando alternativas com baixa correlação com os ativos brasileiros, melhorando a eficiência entre a relação de retorno e risco da carteira.

No ano de 2015, os investimentos no exterior apresentaram expressivo resultado positivo, de 48,56%, compensando parcialmente o resultado negativo daquele ano apresentado pelos investimentos no Brasil. Já no ano de 2016 o resultado foi o inverso e, ainda que os fundos no exterior tenham tido desempenho positivo em dólar (o fundo JP Morgan apresentou performance de 8,26% e o fundo BlackRock obteve 5,10% de rentabilidade), foram influenciados negativamente pela depreciação do câmbio de -16,54%.

Assim, em 2016 a rentabilidade da carteira de investimentos no exterior foi de -13,95%, abaixo da meta atuarial (12,41%). A Fibra não realizou novas alocações na carteira em 2016 e apenas manteve sua posição do final de 2015.

O efeito produzido pelos investimentos no exterior na carteira da Fibra, inversamente proporcional aos resultados obtidos no Brasil, demonstra o alinhamento dos resultados em relação aos objetivos inicialmente pretendidos para esta estratégia.

Destaque-se que a Fibra investe neste segmento por meio de aporte de recursos financeiros no Brasil, em dois fundos constituídos e administrados pelo Banco do Brasil, ficando estes fundos brasileiros com a atribuição de repassar os recursos ao exterior e alocá-los em fundos específicos, geridos por dois dos maiores gestores de recursos do mundo, JP Morgan e BlackRock.



Rendimentos Obtidos em Operações de Empréstimos

A rentabilidade da carteira de empréstimos registrou performance de 17,98% em 2016, acima da meta atuarial de 12,41%. Com um montante de R\$ 80,5 milhões, esta carteira representa 2,54% da carteira de investimentos da Fibra.

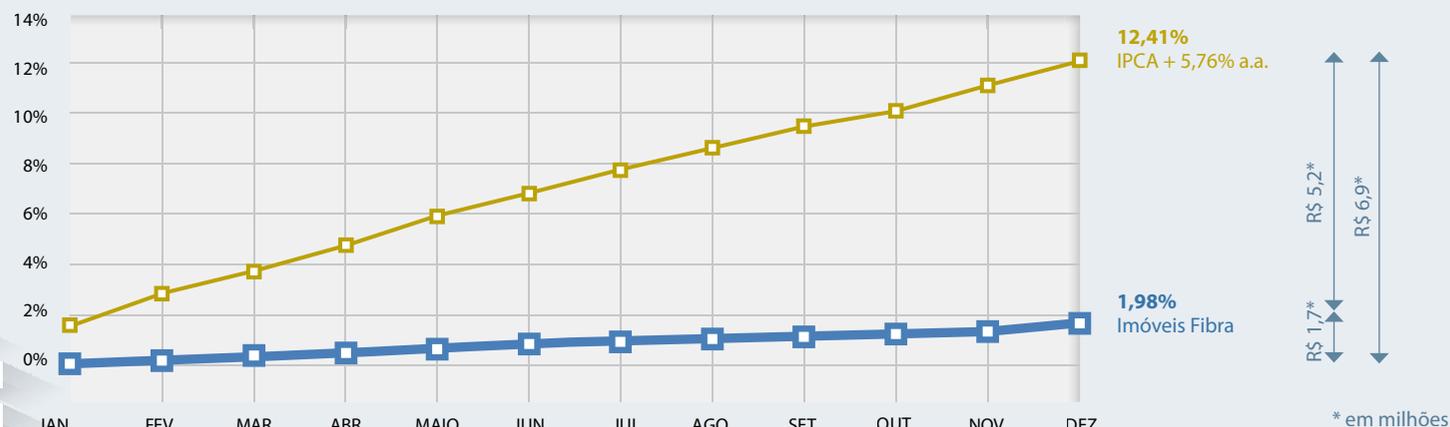
Em 2016, foram concedidos 1.254 empréstimos (média mensal de 104 concessões), que totalizaram o montante financeiro da ordem de R\$ 22,7 milhões, representando queda de 3,40% em relação ao volume concedido em 2015 em função da inflação permanecer em patamar elevado, o que torna o custo do empréstimo maior (ver Fibra Notícias nº 217, de junho/2016), reduzindo, conseqüentemente, o volume de amortização.



Rendimentos Obtidos em Imóveis

A carteira de imóveis registrou performance de 1,98%, abaixo da meta atuarial de 12,41%. Assim como em 2015, a Fibra não realizou reavaliação dos seus imóveis em 2016 e, portanto, não capturou eventual apreciação imobiliária, mas apenas a receita com aluguéis. Tendo em vista que por exigência legal a Fibra deve conduzir reavaliação imobiliária pelo menos a cada três anos, a próxima reavaliação deverá ser realizada em 2017.

Em 2016, o mercado imobiliário permaneceu retraído, sendo caracterizado pela queda no valor dos aluguéis (combinado à vacância de salas e/ou conjuntos) e poucas oportunidades de negócios em função da diferença entre preços esperados de venda e ofertas firmes de aquisição.



PROVISÕES ATUARIAIS (PASSIVO ATUARIAL)

Plano de Benefícios

Em um período de grandes desafios e transformações, a Fibra se aproxima de um momento que exige mudanças. Dentre elas, o atual Plano de Benefícios que deve ser saldado e, consequentemente, um novo Plano deverá ser oferecido aos empregados. Todo este movimento busca garantir o pagamento dos benefícios atuais e futuros.

Conforme mencionado anteriormente, alguns temas colaboraram para o crescimento das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) acima do esperado. A seguir, serão expostas as principais hipóteses que, ao longo dos anos, têm influenciado no resultado das provisões atuariais da Fibra.

Taxa de Juros Atuarial

Podem-se citar como Provisões Atuariais os valores presentes dos fluxos de receitas (contribuições) e despesas previdenciais (pagamento de benefícios) projetadas de acordo com as hipóteses atuariais, utilizando como desconto a taxa de juros atuarial. No exercício de 2016 não houve alteração desta taxa de juros, mantida em 5,76% a.a., baseada em estudo técnico de aderência e adequação da taxa real de juros elaborado por consultoria externa, com o aval do consultor atuarial, conforme prevê a legislação (Instrução Previc nº 23/2015).

A evolução da taxa de juros atuarial, desde a criação do plano, foi de 6% para 5,76% a.a.. Essa medida gerou um acréscimo nas provisões atuariais da Fibra de R\$ 124 milhões, calculado em dez/2016, conforme quadro:

EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS						Impacto - dez/2016 (R\$ mil)
Período	1988/ 2009	2010/ 2011	2012/ 2013	2014	2015/ 2016	124.136
(%)	6,00	5,75	5,50	5,68	5,76	

Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos de mudança da hipótese da Taxa de Juros sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos.

Ganho Real Concedido aos Empregados e aos Assistidos

Além das duas hipóteses citadas, outro ponto que trouxe grande impacto às Provisões Atuariais foi o ganho real concedido aos Participantes e Assistidos. Nos últimos 11 anos, a patrocinadora concedeu ganho real em 8 anos, gerando um acumulado de 8,92% acima da inflação. Este reajuste influenciou tanto no aumento da reserva de benefícios a conceder (participantes) quanto na reserva de benefícios concedidos (assistidos). A concessão destes ganhos reais na tabela salarial ocasionou um impacto estimado no passivo de R\$ 409 milhões, posicionado em 31/12/2016:

Período	2006 - 2016		
Ganho Real Acumulado¹	8,92%		
Descrição	Impacto Passado	Impacto Futuro (Reserva Matemática dez/2016)	Impacto TOTAL
Impacto nos Benefícios a Conceder	0	119.504	119.504
Impacto nos Benefícios Concedidos	73.859	216.040	289.899
TOTAL Acumulado (R\$ mil)	73.859	335.544	409.403

¹ Ganhos reais no período: 2006 = 0,5452%; 2007 = 1%; 2008 = 1%; 2009 = 1%; 2010 = 1%; 2012 = 1,25%; 2013 = 1,4%; 2014 = 1,4%

Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos do Ganho Real sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses vigentes; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos; d) considera o valor do efeito passado de R\$73.859 (ganhos reais já concedidos), que contemplou o efeito real histórico atualizado com a meta atuarial (IPCA+5,76% de juros atuariais).



Tábua de Sobrevivência (expectativa de vida)

No final de 2016, o governo brasileiro anunciou a proposta de reforma da previdência social devido a estimativas de déficit crescente. Uma das justificativas é o fato de os brasileiros estarem vivendo mais. Este aumento da expectativa de vida da população já é observado nos assistidos do plano de benefícios da Fibra.

Diante deste fato e visando à sustentabilidade do plano de benefícios da Fibra, efetuaram-se em anos anteriores alguns ajustes nas premissas da avaliação atuarial que projeta a expectativa de vida. Essas medidas foram baseadas em estudos técnicos de aderência e adequação das hipóteses, elaborados por Consultor Atuarial Externo e aprovados pelo Conselho Deliberativo. Na avaliação atuarial do fechamento de 2016 não houve necessidade de alteração desta hipótese.

Quando da criação do plano, em 1988, o período previsto para pagamento de benefícios era de 19,7 anos (na idade de 55 anos). A partir de 2013, o tempo estimado passou para 30 anos, em média. Essas alterações provocaram uma elevação nas provisões atuariais de cerca de R\$ 782 milhões (posicionada em 31/12/2016), conforme demonstração:

Ano de Mudança da Hipótese	Mudança Praticada			Expectativa de vida média aos 55 anos
	Mortalidade Geral	Entrada em Invalidez	Mortalidade de Inválidos	
1988	CSO 58 MASC.	Light Forte	IAPB 55	19,7
2000	AT 49 Masc.	Light Média	IAPB 55	22,2
2003	AT 83 Masc.	Light Média	(IAPB 55 + AT 49)/2	27,0
2005	AT 2000 Masc.	Light Média	AT 83 Masc.	27,9
2009	AT 2000 (Desag. 10%)	Light Média	AT 83 (Desag. 10%)	28,9
2010	AT 2000 (Desag. 10%)	Light Fraca	AT 83 (Desag. 10%)	28,9
2013	AT 2000 (Desag. 20%)	Light Fraca	AT 83 (Desag. 10%)	30,0
Total Aproximado			781.893 (R\$ mil)	

Obs.: O impacto demonstrado: a) considera os efeitos de mudança de hipótese das Tábuas Biométricas sobre a massa de participantes atual e demais hipóteses atuais; b) já está líquido do aumento das contribuições efetuadas ao longo do tempo; c) não considera os benefícios extintos e os desligamentos.



Elevação das Provisões Atuariais ao Longo dos Anos

No quadro a seguir, demonstramos um resumo dos quadros anteriores com os três principais fatores que influenciaram no aumento das provisões atuariais do plano ao longo dos últimos anos.

	Impactos em R\$ mil
Taxa de Juros	124.136
Ganhos Reais	409.403
Longevidade (exp. de vida)	781.893
TOTAL	1.315.432

Impactos Atuariais em 2016

A alteração de hipóteses atuariais em 2016 aumentou as provisões atuariais do Plano de Benefícios em torno de R\$ 15 milhões. O quadro a seguir indica o reflexo de cada uma destas alterações:

HIPÓTESES ATUARIAIS E IMPACTOS	R\$ mil
(1) Alteração na hipótese de Crescimento Real de Salário	13.071
(2) Alteração na hipótese de Rotatividade	104
(3) Alteração do fator de capacidade dos benefícios de 97,37% para 97,43%	2.210
(4) Total de Aumento por alteração de hipóteses	15.385

Em 2016, foi revisada toda a base cadastral (últimos 16 anos) que embasa o estudo de apuração da escala de Crescimento Real de Salário e da escala de Rotatividade. Esta revisão estava prevista como um ponto de melhoria nos cálculos das Provisões Atuariais.

Fator de Capacidade

Outra hipótese alterada foi a do Fator de Capacidade dos benefícios, que é utilizado para definir a capacidade de preservar, em anos futuros, o poder aquisitivo dos benefícios concedidos pelo Plano, a partir da estimativa de indicadores de inflação futura.

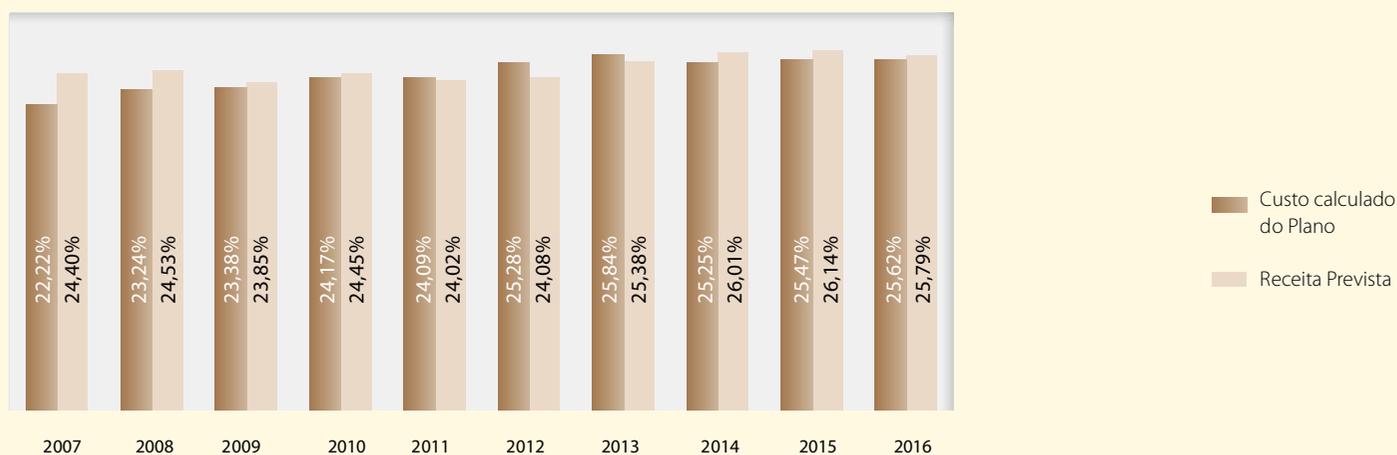
Em 2016, essa hipótese foi alterada de 97,37% para 97,43%, adotando-se como projeção de inflação futura para os próximos 10 anos (de 2017 a 2026) o índice de 4,80%, segundo a Consultoria Tendências e adotado no estudo de adequação da taxa de juros elaborado por consultoria externa. Como a cada ano as projeções de inflação futura se alteram, essa hipótese tende a ser alterada anualmente nas avaliações atuariais.

Custeio do Plano de Benefícios

As suplementações de benefícios da Fibra estão estruturadas na forma de capitalização, o que significa dizer que há formação de reservas para o pagamento dos benefícios ao longo do tempo.

O financiamento dos benefícios futuros do plano de benefícios é efetuado por meio das contribuições dos participantes não assistidos e das patrocinadoras, cujas alíquotas são definidas de acordo com o custo normal do plano. Esse custo é influenciado pela característica da massa de participantes e pelas hipóteses utilizadas no cálculo das provisões atuariais, como taxa de juros, longevidade, crescimento salarial, entre outras.

Em 2016, assim como em 2015, não houve necessidade de revisão no custeio do Plano, ou seja, não foi necessário promover qualquer alteração nas alíquotas de contribuição dos participantes, pois a receita prevista foi suficiente para cobrir os custos normais reavaliados dos benefícios do Plano, conforme demonstrado a seguir:

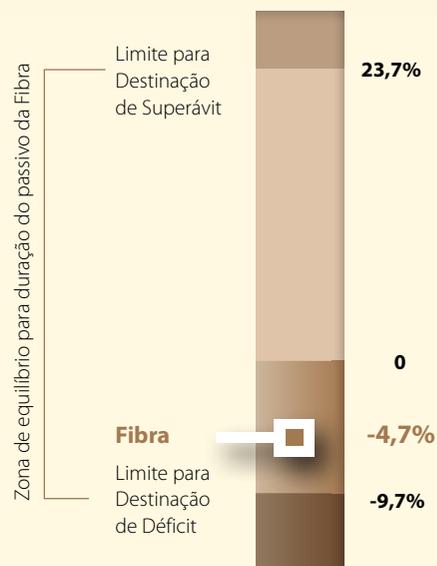


Por outro lado, o custo extraordinário do plano está relacionado, especificamente, à cobertura de déficits de reserva matemática. Desde a criação da Fibra não foram cobradas contribuições extraordinárias para cobertura de déficits. No entanto, isso poderá ocorrer caso o déficit ajustado do Plano ultrapasse o limite estabelecido na legislação (Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações).

Equilíbrio do Plano e Benefícios

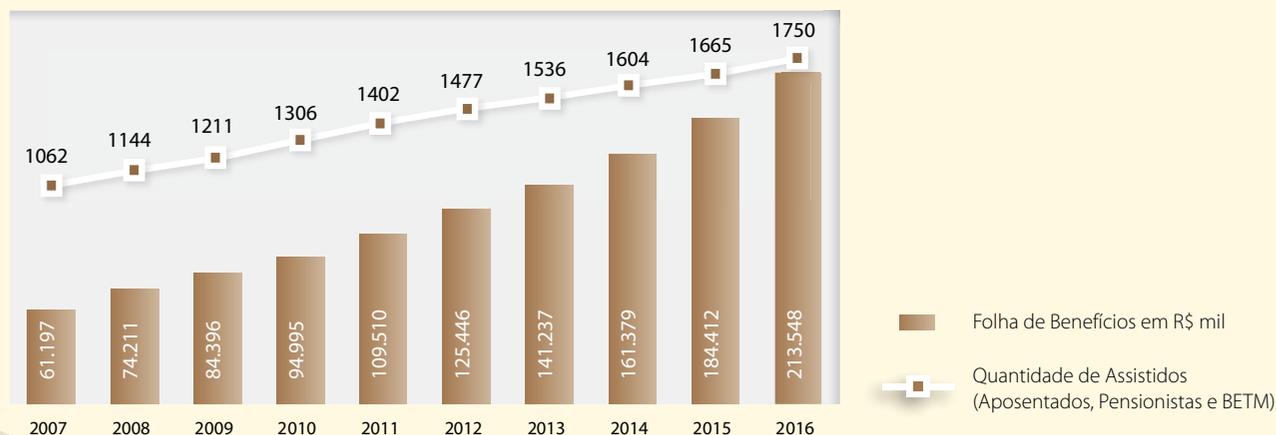
No encerramento do exercício de 2016, o Plano de Benefícios da Fibra apresentou resultado acumulado deficitário, porém, não houve necessidade de equacionamento, pois o mesmo se encontra em patamar inferior ao limite previsto pela legislação, representado por $1\% \times$ (duração do passivo - 4), que resulta em 9,7%, para uma duração do passivo de 13,7 anos.

Contabilmente, o resultado deficitário do Plano de Benefícios da Fibra é de R\$ 315,67 milhões, contudo, para fins de apuração de equacionamento de déficit ou distribuição de superávit, deve-se observar o ajuste dos títulos públicos levados a vencimento. Com isso, o déficit ajustado passa a ser de R\$ 167,84 milhões, o que representou, em dez/2016, o percentual de 4,7% em relação ao valor total das Provisões Matemáticas, que foi de R\$ 3,59 bilhões. Com isso, o resultado deficitário do Plano está localizado na zona de equilíbrio, ou seja, abaixo do limite (9,7%) correspondente à necessidade de equacionamento, conforme demonstrado ao lado.



Evolução de Benefícios e Valores Pagos

O exercício de 2016 encerrou com 1.750 benefícios vigentes, 85 benefícios a mais do que no ano anterior, sendo compostos por 1.497 aposentados, 243 pensionistas (originadas de 228 pensões) e 10 BETM – Benefício Especial Temporário por Morte. Nos últimos 10 anos, houve aumento de 65% na quantidade de benefícios pagos (de 1.062 para 1.750) e de 249% em relação ao montante total pago (passando de R\$ 61,20 milhões para R\$ 213,55 milhões).



Receitas e Despesas Previdenciais

As despesas com pagamento de benefícios (continuados e de pagamento único) cresceram 15,7% no ano, fruto do reajuste monetário e do incremento na quantidade de assistidos.

Despesas com Pagamento de Benefícios		2015 R\$ Mil	2016 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Mensal Continuado	Aposentadoria	166.322	192.521	26.199	15,8
	Pensão	17.978	20.859	2.881	16,0
	Benefício Especial Temporário por Morte	112	168	56	50,0
	Subtotal	184.412	213.548	29.136	15,8
Pagamento Único	Restituição de contribuição - Resgate	1.394	1.347	-47	-3,4
	Portabilidade	0	0	0	0,0
	Auxílio-Funeral	8	8	0	0,0
	Subtotal	1.402	1.355	-47	-3,4
TOTAL		185.814	214.903	29.089	15,7

As receitas de contribuições tiveram aumento de 6,3% em face dos acréscimos salariais ocorridos ao longo do ano, influenciados, em grande parte, pela reposição da inflação no Acordo Coletivo de Trabalho.

Origem da Contribuição		2015 R\$ Mil	2016 R\$ Mil	Variação R\$ Mil	Variação %
Patrocinadores	Normal	32.325	35.058	2.733	8,5
	Suplementar	5.002	5.421	419	8,4
	Subtotal	37.327	40.479	3.152	8,4
Participantes	Ativos	23.531	25.556	2.025	8,6
	Autopatrocinaados	336	431	95	28,3
	Aposentados	16.710	19.306	2.596	15,5
	Jóias, Taxa de Inscrição e Outras ¹	9.905	7.552	-2.353	-23,8
	Subtotal	50.482	52.845	2.363	4,7
Total		87.809	93.324	5.515	6,3

¹ Receitas advindas de amortização de débito e provisão efetuada pela Itaipu (impacto da implantação de nova norma de adicional de periculosidade por risco elétrico)

Evolução Receitas x Despesas

Na última década as receitas previdenciárias variaram 119,25% e as despesas 247,45%. Isto demonstra o estágio de maturidade do Plano de Benefícios. Assim, é necessário que se faça um acompanhamento constante do Plano para sua sustentabilidade e garantia dos pagamentos futuros dos benefícios suplementares.

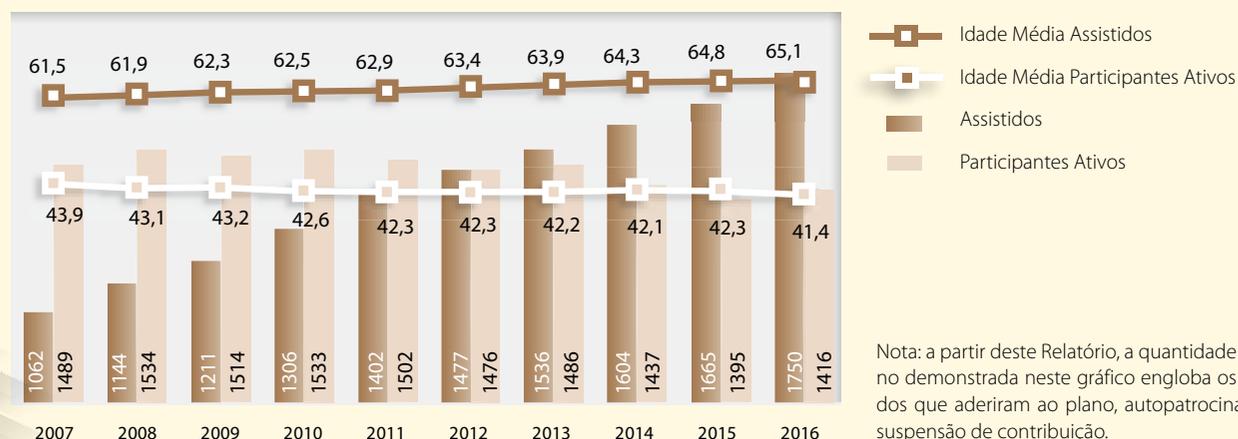


Perfil dos Participantes

Desde o ano de 2012, o número de assistidos é superior ao de participantes. Em dez/2016, o número de assistidos (1.750 suplementações de aposentadoria e pensão concedidas) do Plano correspondia a 55% do total de participantes do Plano, contra 45% de participantes (1.416 benefícios a conceder).

Essa diferença tende a aumentar, uma vez que o quadro de empregados de Itaipu é bastante estável. A previsão é que o número de aposentados continue a crescer nos próximos anos.

Por outro lado, conforme observamos no gráfico abaixo, a quantidade de participantes (ativos, autopatrocinados, BPD/Vesting e em suspensão de contribuição) teve uma leve redução em relação a 2007. Observa-se também redução na idade média dos participantes ativos, de 43,9 para 41,4 anos de idade.

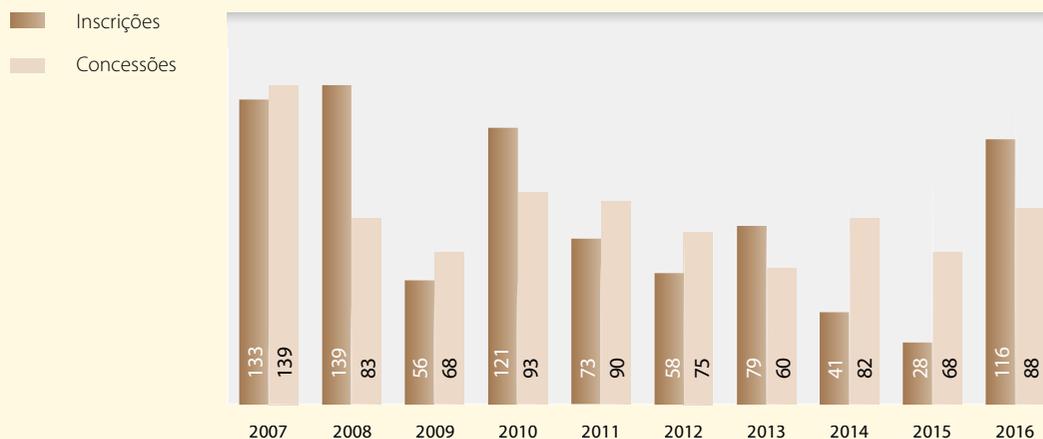


Nota: a partir deste Relatório, a quantidade de participantes do plano demonstrada neste gráfico engloba os participantes empregados que aderiram ao plano, autopatrocinados, em BPD/Vesting e suspensão de contribuição.

Inscrições e Concessões de Aposentadoria Efetuadas

A quantidade de participantes está diretamente relacionada à redução do quadro de empregados da Patrocinadora Itaipu, ressaltando que o índice de adesão ao Plano de Benefícios é de 99,50% do total de empregados.

Em 2016, foram efetuadas 116 inscrições de participantes no Plano e 88 concessões de aposentadoria, conforme demonstrado no gráfico, além de 20 concessões de pensão por morte.



ITAI
P
BRA

RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

Comunicação e transparência de Informações

A Fibra utiliza vários instrumentos de comunicação para divulgar seus planos e ações de direcionamento da entidade, frente às normas e leis pelas quais é regida, buscando manter nossos participantes e assistidos informados sobre assuntos de interesse coletivo. Ao mesmo tempo, dispomos de uma política de segurança da informação que protege informações privadas, garantindo segurança e confidencialidade aos dados pessoais e financeiros dos participantes. Como exemplos, citamos o *site* na internet, com informações gerais e públicas; a área do participante na internet, com informações específicas (que vão desde simulações de benefícios e empréstimos até acesso ao extrato das atas dos colegiados); o jornal FibraNotícias; o Relatório Anual de Informações e as apresentações anualmente realizadas pela diretoria, oportunidade em que prestamos contas e respondemos às dúvidas dos presentes.

Também buscamos transparência no relacionamento com os colaboradores da Fibra, mantendo canais de comunicação como o FIBI – Boletim Interno, e o *site* da intranet, com indicadores e informações de interesse da gestão

Assim, procuramos manter uma política de informação que concilie transparência e segurança adequada aos diferentes públicos: geral, participantes, assistidos, colegiados e colaboradores da Fibra.

Em 2016, a Fibra ampliou, modernizou e integrou seus canais de comunicação com foco no aperfeiçoamento do diálogo

com seus participantes, mas sem deixar de lado o respeito com os que ainda não estão familiarizados com a inovação tecnológica.

Na pesquisa de satisfação efetuada em 2016, a política de comunicação da Fibra obteve a aprovação de 97,76% de seus participantes.

Acompanhe a seguir as principais ações do exercício:

FibraNotícias

Em 2016, o FibraNotícias foi totalmente repaginado, tanto no *layout* quanto no conteúdo, além de ganhar uma nova versão para internet e celular com padrão responsivo. Com isso, o participante acessa o conteúdo do jornal no formato adequado ao tamanho da sua tela, ou seja, mais conforto e melhor visualização das informações, especialmente para os usuários de *smartphones* e *tablets*.

Mídia Indoor

Outra novidade do ano foi a criação do canal de comunicação no formato de mídia “indoor”, instalado no hall de espera do escritório da Fibra em Curitiba, a partir de um painel de TV. Trata-se de uma mídia eficiente e útil no quesito reforço de comunicação, com a divulgação de informações e alertas úteis aos Participantes e ao apoio das atividades da equipe de relacionamento com o Participante.

TV Fibra

Seguindo a modalidade de comunicação que mais cresce no mundo, lançamos em setembro a TV Fibra, com o propósito

de compartilhar conteúdos relevantes para os participantes.

A proposta é que a TV Fibra amplie, reforce e complemente as informações abordadas nos demais veículos, com uma linguagem direta e objetiva sobre os investimentos da Fibra, seguridade, gestão, educação financeira, entre outros.

Outra novidade serão as transmissões ao vivo de reuniões, eventos ou palestras. O acesso à TV Fibra é por meio do *site* da Fundação, a partir da Área do Participante, no menu Serviços e submenu Comunicação.

Educação Financeira e Previdenciária

O novo Programa de Educação Financeira – agora denominado “Pé de Meia” – foi totalmente remodelado. Acessado a partir do *site* da Fundação, na Área do Participante, tem por objetivo informar, instruir e orientar os Participantes nas tomadas de decisões em relação à gestão do seu dinheiro. Estão disponíveis textos sobre finanças e previdência em um formato leve, além de testes, vídeos, *podcasts*, simuladores, entre outros.

Dia do Aposentado

Com uma história de vida comovente, Vilma Freitas Alves foi homenageada que representou a Fibra no evento do “Dia do Aposentado”, em 26 de janeiro, promovido pela ABRAPP, em São Paulo.



Participação da Fibra no Sistema de Previdência Complementar

1 - Participação e Integração ao Sistema

A Fibra também contribui com o sistema de previdência complementar na condição de membro do Conselho Deliberativo, da Comissão Técnica Nacional de Investimentos, da Comissão Técnica Nacional de Comunicação e Relacionamento e da Comissão Técnica Nacional de Governança, todas da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp.

2 - Premiação ABRAPP e ANCEP

Durante o 37º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, em Florianópolis, SC, o diretor-superintendente da Fibra, Silvio Rangel, foi agraciado com o 21º Prêmio Nacional de Seguridade Social. Para a Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, detentora da outorga da homenagem, o prêmio de dirigente nacional de 2016 representa a mais alta distinção conferida pelo sistema brasileiro dos Fundos de Pensão e demonstra a gratidão pelo “empenho demonstrado, pela atuação inspiradora e pelo importante exemplo deixado”, especialmente por seu trabalho na coordenação da Comissão Técnica Ad Hoc de Precificação e Solvência.



O diretor-superintendente da Fibra também recebeu o 10º Prêmio ANCEP – Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência, na categoria “Dirigente do Ano”, e no âmbito da PREVIPAR foi homenageado ao ser dado seu nome ao Troféu Solidariedade de 2016, concedido ao fundo de pensão paranaense que mais arrecadou alimentos em prol das entidades assistenciais.

3 - Previpar e o Campeonato da Solidariedade

A organização do campeonato de futebol suíço, que congrega as entidades de previdência complementar associadas à Associação dos Fundos de Pensão do Paraná – Previpar, tornou-se uma tradição em Curitiba. Em 2016, foi realizada a 7ª edição, com a equipe da Fibra sagrando-se campeã da disputa. Em paralelo, foi organizado o chamado “campeonato da solidariedade”, onde cada entidade arrecada alimentos não perecíveis para serem distribuídos a entidades que prestam apoio a pessoas carentes. Nessa edição, foram arrecadadas mais de três toneladas. Os 500 quilos arrecadados pela Fibra foram destinados ao Lar de Idosos Jesus Maria José, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba.



O diretor de Seguridade da Fibra, Flórcio Medeiros da Costa, faz parte da Diretoria da Previpar.

Participantes Aprovam Gestão da Fibra

Anualmente, a Fibra realiza uma pesquisa de satisfação entre os Participantes ativos e assistidos. Em 2016, foram ouvidas 626 pessoas e 94% se declararam “satisfeitas com o processo de gestão” da Fundação. A margem de erro da consulta foi de 3%.

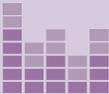
PESQUISA DE SATISFAÇÃO

Atendimento	97,76%
Transparência	93,93%
Investimentos	92,45%
Segurança (Assistidos)	90,59%
Confiança (Ativos)	86,14%

NOTA MÉDIA GERAL



FIBRA EM NÚMEROS

1.407 <i>Participantes ativos (empregados que aderiram ao plano + autopatrocinados)</i>	20 <i>Idade do participante Ativo mais jovem</i>	2,43 bilhões <i>Pagos em benefícios desde a criação da Fibra (corrigido pelo IPCA)</i>
9 <i>Participantes em BPD/Vesting e com suspensão de contribuição</i>	1.254 <i>Empréstimos concedidos</i>	14,42% <i>Rentabilidade geral dos investimentos</i>
1.750 <i>Assistidos (Aposentados, Pensionistas e BETM)</i>	8.700 <i>Atendimentos registrados no CRM</i>	
3.973 <i>Beneficiários (dependentes inscritos no Plano de Benefícios)</i>	46.855 <i>Acessos ao site</i>	14,68% <i>Rentabilidade geral do Plano de Benefícios (Contábil)</i>
	25.481 <i>Atendimentos na Área do Participante (site Fibra)</i>	26,27% <i>Rentabilidade geral dos investimentos (marcada a mercado)</i>
88 <i>Participantes que se aposentaram no ano</i>	8.942 <i>Acessos por dispositivos móveis aos serviços da Fibra (Área do Participante e Aplicativo)</i>	12,41% <i>Meta atuarial</i> 
116 <i>Empregados novos que aderiram ao Plano no ano</i>		36 <i>Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Deliberativo</i>
41,4 <i>Idade média dos Participantes Ativos</i>	19.701 <i>Acessos ao Programa de Educação Financeira e Previdenciária</i>	120 <i>Horas de reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal</i>
65,1 <i>Idade média dos Participantes Assistidos</i>	67% <i>Adesão ao SMS</i> 	52 <i>Horas de reuniões realizadas pelo Comitê de Investimentos</i>
95 <i>Idade do Assistido mais idoso</i>	213,5 milhões <i>Pagos em benefícios continuados (15,78% a mais que em 2015)</i>	37 <i>Quadro Funcional da Fibra</i> 

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

			R\$ mil					R\$ mil	
ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015				
DISPONÍVEL	167	16	EXIGÍVEL OPERACIONAL	12.996	11.162				
			Gestão Previdencial	6.916	5.779				
REALIZÁVEL	3.426.351	3.110.412	Gestão Administrativa	1.386	1.256				
Gestão Previdencial	93.900	92.133	Investimentos	4.694	4.127				
Gestão Administrativa	7.240	6.789	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	124.957	118.165				
Investimentos	3.325.211	3.011.490	Gestão Previdencial	6.343	4.990				
Títulos Públicos	2.470.069	2.220.826	Gestão Administrativa	5.873	5.366				
Créditos Privados e Depósitos	14.763	13.834	Investimentos	112.741	107.809				
Fundos de Investimento	540.989	489.592	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.289.176	2.981.760				
Investimentos Imobiliários	83.111	84.920	Patrimônio de Cobertura do Plano	3.272.787	2.968.181				
Empréstimos	80.506	75.289	Provisões Matemáticas	3.588.457	3.276.199				
Depósitos Judiciais/Recursais	135.773	127.029	Benefícios Concedidos	2.638.248	2.333.590				
			Benefícios a Conceder	997.402	990.741				
PERMANENTE	611	659	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(47.193)	(48.132)				
Imobilizado	438	430	Equilíbrio Técnico	(315.670)	(308.018)				
Intangível	173	229	Resultados Realizados	(315.670)	(308.018)				
			Déficit Técnico Acumulado	(315.670)	(308.018)				
			Fundos	16.389	13.579				
			Fundos Administrativos	9.605	8.190				
			Fundos dos Investimentos	6.784	5.389				
TOTAL DO ATIVO	3.427.129	3.111.087	TOTAL DO PASSIVO	3.427.129	3.111.087				

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.968.181	2.699.746	9,94
1. Adições	536.490	468.211	14,58
(+) Contribuições	121.496	117.835	3,11
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	414.994	350.123	18,53
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	253	100,00
2. Destinações	(231.884)	(199.775)	16,07
(-) Benefícios	(214.902)	(185.814)	15,65
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.603)	-	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(15.379)	(13.961)	10,16
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	304.606	268.436	13,47
(+) Provisões Matemáticas	312.258	454.017	(31,22)
(-) Déficit/ Superávit Técnico do Exercício	(7.652)	(185.581)	(95,88)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.272.787	2.968.181	10,26
C) Fundos não previdenciais	16.389	13.579	20,69
(+) Fundos Administrativos	9.605	8.190	17,28
(+) Fundos dos Investimentos	6.784	5.389	25,89

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
1. Ativos	3.419.869	3.104.465	10,16
Disponível	161	11	1.363,64
Recebível	103.677	100.523	3,14
Investimento	3.316.031	3.003.931	10,39
Títulos Públicos	2.470.069	2.220.826	11,22
Créditos Privados e Depósitos	14.763	13.834	6,72
Fundos de Investimento	531.809	482.033	10,33
Investimentos Imobiliários	83.111	84.920	(2,13)
Empréstimos	80.506	75.289	6,93
Depósitos Judiciais/Recursais	135.773	127.029	6,88
2. Obrigações	130.694	122.704	6,51
Operacional	11.610	9.905	17,21
Contingencial	119.084	112.799	5,57
3. Fundos não Previdenciais	16.389	13.579	20,69
Fundos Administrativos	9.605	8.190	17,28
Fundos dos investimentos	6.784	5.389	25,89
5. Ativo Líquido (1-2-3)	3.272.787	2.968.181	10,26
Provisões Matemáticas	3.588.457	3.276.199	9,53
Déficit Técnico	(315.670)	(308.018)	2,48
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a. Equilíbrio Técnico	(315.670)	(308.018)	2,48
b. (+) Ajuste de Precificação	147.828	137.765	7,30
(-/+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(167.842)	(170.253)	(1,42)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

CONSOLIDADA

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.981.760	2.710.488	10,01
1. Adições	539.215	471.115	14,46
(+) Contribuições Previdenciais	106.116	103.873	2,16
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	414.994	350.123	18,53
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		253	100,00
(+) Receitas Administrativas	15.379	13.961	10,16
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.331	1.619	(17,79)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	1.395	1.286	8,48
2. Destinações	(231.799)	(199.843)	15,99
(-) Benefícios	(214.902)	(185.814)	15,65
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.603)	-	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(15.294)	(14.029)	9,02
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	307.416	271.272	13,32
(+) Provisões Matemáticas	312.257	454.017	(31,22)
(-) Superavit / Deficit Técnico do Exercício	(7.652)	(185.581)	(95,88)
(+) Fundos Administrativos	1.416	1.551	(8,70)
(+) Fundos dos Investimentos	1.395	1.286	8,48
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	3.289.176	2.981.760	10,31

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.190	6.638	23,38
1. Custeio da Gestão Administrativa	16.710	15.580	7,25
1.1. Receitas	16.710	15.580	7,25
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	15.379	13.961	10,16
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.331	1.619	(17,79)
2. Despesas Administrativas	(15.294)	(14.028)	9,02
2.1. Administração Previdencial	(9.805)	(8.813)	11,26
Pessoal e encargos	(6.967)	(6.207)	12,24
Treinamentos/congressos e seminários	(45)	(44)	2,27
Viagens e estadias	(185)	(188)	(1,60)
Serviços de terceiros	(1.195)	(1.056)	13,16
Despesas gerais	(482)	(435)	10,80
Depreciações e amortizações	(110)	(111)	(0,90)
Tributos	(821)	(772)	6,35
2.2. Administração dos Investimentos	(5.489)	(5.215)	5,25
Pessoal e encargos	(4.056)	(3.728)	8,80
Treinamentos/congressos e seminários	(57)	(48)	18,75
Viagens e estadias	(148)	(158)	(6,33)
Serviços de terceiros	(754)	(826)	(8,72)
Despesas gerais	(178)	(169)	5,33
Depreciações e amortizações	(91)	(93)	(2,15)
Tributos	(205)	(193)	6,22
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-4)	1.416	1.552	(8,76)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.416	1.552	(8,76)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	9.606	8.190	17,29

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB 19880012-18

R\$ mil

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.410.265	3.096.275	10,14
1. Provisões Matemáticas	3.588.457	3.276.199	9,53
1.1. Benefícios Concedidos	2.638.248	2.333.590	13,06
Benefício Definido	2.638.248	2.333.590	13,06
1.2. Benefício a Conceder	997.402	990.741	0,67
Benefício Definido	997.402	990.741	0,67
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(47.193)	(48.132)	(1,95)
(-) Serviço passado	(47.193)	(48.132)	(1,95)
(-) Patrocinador(es)	(47.193)	(48.132)	(1,95)
2. Equilíbrio Técnico	(315.670)	(308.018)	2,48
2.1. Resultados Realizados	(315.670)	(308.018)	2,48
(-) Déficit técnico acumulado	(315.670)	(308.018)	2,48
3. Fundos	6.784	5.389	25,89
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.784	5.389	25,89
4. Exigível Operacional	11.610	9.905	17,21
4.1 Gestão Previdencial	6.916	5.779	19,67
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4.694	4.126	13,77
5. Exigível Contingencial	119.084	112.798	5,57
5.1 Gestão Previdencial	6.343	4.990	27,11
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	112.741	107.808	4,58

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Notas: Explicativas da administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 em milhares de reais.

1 Contexto Operacional

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria nº 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2016, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pelas Resoluções nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e 4.275, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da Fibra é único e pertence à modalidade de "Benefício Definido", tendo como principal objetivo, suplementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da Fibra são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por idade;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Benefício especial temporário por morte;
- Auxílio reclusão;
- Auxílio funeral por morte de beneficiário;
- Suplementação do abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstos pelo Regulamento.

A estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido nas suas políticas de investimentos.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Legislação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. Foi também observada, a ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e de longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa - PGA mantidos pela Fundação.

2.2 Consolidação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações introduzidas pela Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, além da ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as demonstrações contábeis da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, relativas ao Plano de Benefícios cadastrado no CNPB 19880012-18 e ao seu Plano de Gestão Administrativo - PGA.

No processo de consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, conforme estabelece os itens 28 e 29, do Anexo A, da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, foram efetuadas as seguintes eliminações, referente às operações entre o Plano de Benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, para não apresentar valores em duplicidade no patrimônio da fundação:

Item	Conta Contábil	Nome da Conta	2016	2015
Plano de Benefícios				
1	1.2.1.9.06	Valores a Receber do PGA	172	200
2	1.2.2.3.01	Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	9.605	8.190
3	2.3.2.2.02.01	Participação no Fundo Administrativo - PGA	(9.605)	(8.190)
Plano de Gestão Administrativa				
4	2.1.2.9.01.02	Valores a Pagar para o Plano de Benefícios	(172)	(200)

Registros contábeis no Plano de Benefícios:

(1) o saldo de R\$ 172 (R\$ 200 em 2015) referente a valor a receber do Plano de Gestão Administrativa - PGA, relativo às contribuições dos empregados descontadas em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios no início de 2017.

(2) o valor de R\$ 9.605 (R\$ 8.190 em 2015) referente a participação no Plano de Gestão Administrativa, registrado no ativo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 2.3.2.2.02.01).

(3) o valor de R\$ (9.605) (R\$ (8.190) em 2015) referente a participação no Fundo Administrativo - PGA, registrado no passivo do Plano de Benefícios, relativo ao fundo administrativo por ele constituído, conforme estabelece a PREVIC (contrapartida da conta 1.2.2.3.01).

Registros contábeis no Plano de Gestão Administrativa - PGA:

(4) valor de R\$ 172 (R\$ 200 em 2015) referente a conta a pagar para o Plano de Benefícios, relativo às contribuições dos empregados descontadas em Folha de Pagamento e das contribuições patronais da patrocinadora Fibra, a ser repassada ao Plano de Benefícios no início de 2017 (contrapartida da conta 1.2.1.9.06).

3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

Apresentamos a seguir, as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, que foram elaboradas em atendimento nos seguintes normativos; Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e suas alterações introduzidas por meio da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, que estabeleceram normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, respectivamente e em atendimento à ITG 2001, que estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas EFPC.

3.1 Apuração de Resultados – Superávit Técnico/Déficit Técnico

Os resultados dos exercícios de 2016 e 2015 do Plano de Benefícios foram apurados pelo regime de competência. A partir do exercício de 2014, a Fundação passou a apurar também o Equilíbrio Técnico Ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 (Notas Explicativas 4.3.7 e 8).

3.2 Investimentos

• Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

(i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Investimentos Imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em dezembro de 2014, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.

• Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003 são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês, IOF e seguro.

• Provisão para Perdas

Constituída considerando a avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3 Ativo Permanente

Os valores estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, as adições a partir de 1996 estão demonstradas pelo custo de aquisição e consideram ainda:

a) Imobilizado

Depreciação anual de 10% para móveis e utensílios e para máquinas e equipamentos (10 anos) e 20% para computadores e periféricos (5 anos), calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição.

b) Intangível

Amortização realizada pela taxa anual de 20% (5 anos).

A partir de 02 de maio de 2016, a Fibra passou a adotar o critério estabelecido na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, com relação a bens de pequena monta. Em seu Art 15 estabelece que: "O custo de aquisição de bens do ativo não circulante imobilizado e intangível não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) ou prazo de vida útil não superior a 1 (um) ano." Diante disso, os bens adquiridos pela Fibra com valor abaixo de R\$ 1.200,00 foram considerados como despesa, e acima desse valor foram considerados como imobilizados conforme sua nomenclatura.

3.3.1 - O Ativo Permanente teve a seguinte evolução:

	2016	2015
Imobilizado	438	430
Saldo inicial	430	508
Adições no exercício	129	45
(-) Depreciações no exercício	(121)	(123)
Intangível	173	229
Saldo inicial	229	284
Adições no exercício	24	25
(-) Amortizações no exercício	(80)	(80)
Saldo do Ativo Permanente	611	659

3.3.2. A composição do Ativo Permanente é a seguinte:

	2016	2015
Imobilizado	438	430
Moveis e Utensílios	137	159
Custo de aquisição	327	327
(-) Depreciações acumuladas	(190)	(168)
Máquinas e Equipamentos	80	82
Custo de aquisição	266	248
(-) Depreciações acumuladas	(186)	(166)
Computadores e Periféricos	158	189
Custo de aquisição	754	705
(-) Depreciações acumuladas	(596)	(516)
Imobilizado em Andamento		
Custo de Aquisição	63	0
Intangível	173	229
Custo de aquisição	586	563
(-) Amortizações acumuladas	(413)	(334)
Saldo do Ativo Permanente	611	659

3.4 Exigível Operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 Exigível Contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial, relativos à Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no Grupo Investimentos, que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa, estão apresentados pelos valores históricos atualizados.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base à alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001. Os valores dos depósitos judiciais atualizados estão registrados no Ativo na Fundação, conforme estabelece a PREVIC.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda.

Em 2014, a Fundação aderiu ao REFIS, conforme aprovação de seu Conselho Deliberativo (Nota Explicativa 6).

3.6 Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas do Plano de Benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos da consultoria atuarial externa Jesé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, contratada pela entidade, e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e/ou aos seus beneficiários.

3.6.1 Métodos de Financiamentos e Hipóteses Atuariais Utilizadas nas Reavaliações Atuariais

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos ao auxílio reclusão e ao benefício especial temporário por morte,

que são avaliados pelos métodos de capital de cobertura e ao auxílio funeral e a devolução de contribuição a designado, pelo método de repartição simples. A estrutura do cálculo atuarial considera o crescimento real de salário, por meio da curva logística, que apresentou um crescimento médio de 2,45% ao ano (2,31% em 2015) na idade média dos participantes do Plano, uma taxa de rotatividade média de 0,12% ao ano (0,13% em 2015), apurada pela curva polinomial do 3º grau e uma taxa de desconto atuarial à razão de 5,76% ao ano (a mesma adotada em 2015).

Na avaliação atuarial do ano de 2016, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais, conforme aprovação do Conselho Deliberativo, por meio da Resolução nº 013, de 12 de dezembro de 2016:

Item	Hipóteses Atuariais	2016	2015
1	Taxa Real de Juros	5,76%	5,76%
2	Reajuste Salarial	7,87% (IPCA nov/15 a out/16)	9,93% (IPCA nov/14 a out/15)
3	Crescimento Real de Salário	2,45%	2,31%
4	Fator de Capacidade de Benefício	97,43%	97,37%
5	Rotatividade	0,12%	0,13%
6	Tábua de Mortalidade Geral	AT- 2000 desagravada em 20%	AT- 2000 desagravada em 20%
7	Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT- 83 desagravada em 10%	AT- 83 desagravada em 10%
8	Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA	LIGHT FRACA
9	Composição Familiar	Família Média de ago/15 – HX (12) p/ ativos e Família Efetiva p/assistidos	Família Média de ago/15 – HX (12) p/ ativos e Família Efetiva p/assistidos

Definições:

- 1 - taxa real de juros para cálculo de desconto atuarial;
- 2 - IPCA - indexador utilizado pelos patrocinadores;
- 3 - percentual calculado por meio da curva logística, que expressa o crescimento real de salário, ao longo da carreira, na idade média dos participantes do Plano;
- 4 - fator atuarial que reflete a perda do poder aquisitivo do benefício entre duas datas sucessivas, com base na última reavaliação atuarial;
- 5 - percentual calculado por meio da curva polinomial de 2º grau, que expressa o percentual de saídas do Plano sem benefícios, ao longo dos anos futuros, na idade média dos participantes do Plano;
- 6 - base atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na expectativa de vida e morte do participante;
- 7 - base atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de mortalidade de inválidos;
- 8 - base e atuarial para cálculo de rendas futuras, com base na experiência de entrada em invalidez;
- 9 - cálculo de reversão de benefício em pensão por morte de participante ativo ou aposentado, com utilização da "Família Média (Hx¹²)", baseada no cadastro da Fibra, para ativos, e "Família Efetiva", para assistidos.

• Benefícios Concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os atuais participantes e assistidos, que se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, aposentadorias, pensões e Benefício Especial Temporário por Morte (BETM).

• Benefícios a Conceder

A provisão de benefícios a conceder representa o valor atual dos compromissos líquidos futuros da entidade para com os atuais participantes que ainda não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada, ou seja, é o valor atual dos benefícios futuros, líquido do valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes.

• Provisões Matemáticas a Constituir

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço passado, vinculado à Previdência Social dos participantes fundadores, conforme estabelece o inciso II do Artigo 19, do Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra. A metodologia de cálculo da Provisão Matemática a Constituir, bem como a atualização de seu saldo devedor, foi elaborada pelo atuário responsável quando da constituição do Plano e aplicada deste então. O detalhamento do cálculo das provisões matemáticas a constituir é o seguinte:

- a. **Cálculo original:** Montante apurado na criação da Fundação, considerando a massa de participantes e as premissas atuariais vigentes àquela época, que resultou em um custo suplementar a amortizar em 40 anos, correspondente a 2,32% do total da folha de remuneração dos empregados dos patrocinadores;
- b. **Prazo de amortização:** 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988, restando 135 parcelas para sua amortização total. Os prazos estabelecidos para amortização da provisão matemática a constituir não estão sujeitos aos prazos máximos estabelecidos nos itens 10 e 11 do Regulamento do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, por ter sido aprovada antes de 05 de setembro de 2002, conforme exceção prevista no item 12, do Anexo à citada Resolução;
- c. **Valor das parcelas:** Valor correspondente à aplicação de taxa Suplementar de 2,32% sobre a folha de salários dos empregados dos patrocinadores ITAIPU Binacional e Fibra. O patrocinador ITAIPU contribuiu com R\$ 5.295 em 2016 (R\$ 4.889 em 2015) e o patrocinador Fibra com R\$ 125 em 2016 (113 em 2015);
- d. **Data de vencimento das parcelas:** A data de vencimento das parcelas destinadas à cobertura da provisão matemática a constituir é de até o dia 10 do mês subsequente ao de competência, conforme estabelece o artigo 20 do Regulamento do Plano de Benefícios da Fundação;

- e. **Penalidade por atraso no pagamento das parcelas mensais:** De acordo com o §1º do Artigo 21 do Regulamento do Plano de Benefícios, no caso de atraso no pagamento das parcelas mensais destinadas a dar cobertura à provisão matemática a constituir, os encargos serão calculados da seguinte forma: multa de 2% sobre a totalidade do débito, sem prejuízo da atualização monetária e juros reais mensais de 0,5%, calculados pro rata dia ou encargos correspondentes às exigências atuariais de rentabilidade, o que for maior;
- f. **Taxa de Juros do recálculo atuarial anual:** Para fins de apuração do valor a ser contabilizado anualmente como saldo devedor, utiliza-se a mesma taxa vigente nos cálculos atuariais, que em 31 de dezembro de 2016 corresponde a 5,76% ao ano; e
- g. **Saldo Devedor:** O saldo devedor é reavaliado anualmente pelo cálculo da anuidade que leva em conta a taxa de juros atuarial vigente, a folha de pagamentos com crescimento salarial e o número de parcelas de pagamento da dívida até sua extinção. Mensalmente é atualizado a partir do resultado obtido na avaliação do final do exercício, pelo método de recorrência, aplicando-se o percentual de 2,32% sobre a folha de pagamento corrigida, utilizando o indexador do Plano (IPCA) mais juros atuariais de 5,76% ao ano.

3.7 Fundos

• Plano de Gestão administrativa - PGA

Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos da gestão administrativa dos recursos da gestão previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições do patrocinador ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras, entre esse limite e o valor efetivamente realizado, são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo, para custeio futuro (Notas Explicativas 3.9 e 9).

Investimentos

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo é de R\$ 6.784 (R\$ 5.389 em 2015).

3.8 Recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na gestão previdencial e transferidos desta para a gestão administrativa para cobertura das despesas administrativas, conforme estabelece as normas da PREVIC.

3.9 Custeio Administrativo - PGA

O Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC, por meio da Resolução nº 29, de 31 de agosto de 2009, estabeleceu as regras para o custeio administrativo dos fundos de pensão. A resolução atribuiu ao Conselho Deliberativo a competência de definir limites e as fontes para o custeio administrativo, bem como os indicadores quantitativos e qualitativos de gestão dos gastos administrativos.

Além disso, a legislação estabelece a necessidade de total segregação financeira e contábil, dos recursos administrativos em relação aos recursos previdenciários, inclusive com a elaboração de uma política de investimentos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA, a exemplo do que ocorre com o Plano de Benefícios.

De acordo com o Regulamento do PGA - Plano de Gestão Administrativa da Fibra, os recursos do Fundo Administrativo serão utilizados exclusivamente para fins de custeio de Despesas Administrativas e para reversão ao Plano Previdencial, observados os limites estabelecidos no Regulamento. Com base nos critérios aprovados, o saldo do fundo administrativo, de acordo com o Regulamento, será revisto a cada 3 anos, e poderá, mediante aprovação pelo Conselho Deliberativo, ser revertido o saldo que superar 50% das despesas administrativas do exercício anterior. Como houve reversão do fundo em 2014, somente em 2017 será novamente avaliado sobre a necessidade de reversão.

O Regulamento do PGA determina, também, que a Fundação deverá estabelecer indicadores de Gestão Administrativa e suas metas, para cada exercício, os quais deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo. Para o exercício de 2016, os referidos indicadores e suas metas foram estabelecidos pelo Conselho Deliberativo, por meio da RCD nº 15/2015, de 15 de dezembro de 2015, e são:

a) **Taxa de Administração Hipotética** - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais/Recursos Garantidores}) \times 100]$. Seu objetivo é mensurar a relação das Despesas Administrativas sobre os Recursos Garantidores da Fibra. A meta para 2016 para este indicador era ficar abaixo de 0,6% e foi realizado 0,46% (0,47% em 2015);

b) **Taxa de Carregamento Hipotética** - Fórmula $[(\text{Despesas Administrativas Totais} / (\text{Contribuições} + \text{Benefícios})) \times 100]$. Seu objetivo é medir a relação das Despesas Administrativas sobre o fluxo Previdencial (Contribuições + Benefícios). A meta para 2016 era ficar abaixo de 7% e foi realizado 4,82% (4,88% em 2015);

c) **Controle do Orçamento Administrativo** - sua forma de controle baseia-se no acompanhamento das despesas realizadas/despesas orçadas, objetivando verificar o percentual de assertividade da execução do orçamento administrativo. A meta para 2016 era de assertividade superior a 90% e foi realizado 96,74% (98,76% em 2015); e

d) **Cumprimento das Metas da PR 2016** - acompanhamento do percentual de conclusão das metas estabelecidas no Programa de Participação nos Resultados, tendo como objetivo verificar de forma ampla o desempenho quali-quantitativo da Fibra. A meta para 2016 era superior 90% de assertividade e foi realizado 96,78% (97,53% em 2015).

4 Realizável

4.1 Gestão Previdencial

	2016	2015
Contribuições a receber	6.319	5.903
Contribuições normais e de autopatrocinadores	5.474	5.116
Patrocinador ITAIPU Binacional	5.467	5.092
Autopatrocinadores e Participantes	7	24
Contribuições extraordinárias – patrocinador ITAIPU Binacional	845	787
Contribuições contratadas – patrocinador ITAIPU Binacional	79.322	83.819
Outras contratações - Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	79.322	83.819
Depósitos Judiciais/Rekursais	430	587
Depósitos Judiciais/Rekursais	430	587
Outros realizáveis	7.829	1824
Valores a receber do patrocinador ITAIPU - Art. 79 do Regulamento (Nota Explicativa 6.2)	1.824	1.824
Impacto atuarial - a receber do patrocinador ITAIPU - Art. 79 do Regulamento (*)	6.005	-
	93.900	92.133

(*) Valor a receber pela Fibra, decorrente da aplicação do § 1º do artigo 79 do Regulamento do Plano de Benefícios, em função da revisão administrativa da Norma de Periculosidade por Risco Elétrico, realizada por Itaipu, nos termos da RCA 002/16, de 26 de fevereiro de 2016.

As contribuições a Receber de R\$ 172 (R\$ 200 em 2015), relativas às contribuições do patrocinador Fibra e de seus empregados do mês de dezembro e 13º salário de 2016, não foram demonstradas no quadro acima, pois estas são registradas no Plano de Benefícios na conta 1.2.1.9.06 – Valores a Receber do PGA e serão repassadas pelo PGA para o Plano de Benefícios, até o dia 08 de janeiro de 2017 e não estão discriminadas no quadro acima, pois foram eliminadas para fins de consolidação do Balanço Patrimonial, conforme normas da PREVIC.

O detalhamento do Fundo Administrativo do PGA para a Gestão Previdencial consta nas Notas Explicativas 3.9 e 9. Enquanto que o detalhamento das contas que foram eliminadas para fins de Consolidação das Demonstrações Contábeis consta na Nota Explicativa 2.2.

4.2 Gestão Administrativa

	2016	2015
Contas a Receber	1.327	1.402
Sobrecarga Administrativa – patrocinador ITAIPU Binacional	1.327	1.402
Despesas antecipadas	40	21
Adiantamentos	40	21
Depósitos Judiciais/Rekursais	5.873	5.366
Depósitos Judiciais – PIS	821	750
Depósitos Judiciais – COFINS	5.052	4.616
	7.240	6.789

4.3 Investimentos

4.3.1 Composição analítica da carteira de investimentos do Plano de Benefícios - BD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA

Tipo de Investimentos	2016		2015	
	Custo	Valor Contábil	Custo	Valor Contábil
Títulos Públicos	1.767.597	2.470.070	1.673.815	2.220.826
Títulos para Negociação	136.763	185.059	153.602	190.135
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e LFT - Plano BD	136.763	185.059	153.602	190.135
Títulos Mantidos até o Vencimento	1.630.834	2.285.011	1.520.213	2.030.691
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, C e LFT - Plano BD	1.630.834	2.285.011	1.520.213	2.030.691
Créditos Privados e Depósitos Instituições Financeiras	10.167	14.763	10.160	13.834
Títulos para Negociação	63	70	56	61
CDB- Certificado de Depósito Bancário - Plano BD	63	70	56	61
Títulos Mantidos até o Vencimento	10.104	14.693	10.104	13.773
Debentures Não Conversíveis Plano BD	10.104	14.693	10.104	13.773
Fundos de Investimentos	476.778	540.989	485.676	489.592
Fundos de Renda Fixa	220.100	233.580	204.941	212.470
Títulos para Negociação	214.222	227.178	198.556	203.443
Votorantim FI Institucional RF - Plano BD	-	-	3	3
Votorantim FI Institucional RF - PGA	-	-	1.100	1.101
BRADESCO FI REF DI PREMIUM - Plano PGA	8.790	9.180	6.400	6.457
BRADESCO FI REF DI PREMIUM - Plano BD	205.432	217.999	191.053	195.881
Títulos Mantidos até o Vencimento	5.878	6.402	6.385	9.028
BRZ Crédito Privado FIM -Plano BD	5.878	5.587	5.878	7.030
FIDC CEDAE - Plano BD	-	815	507	1.998
Fundos Mútuos de Renda Variável- Plano BD	134.954	154.893	157.655	132.790
M Square Inst FIC FIA	10.000	13.262	10.000	11.264
Ishares BOVA 11	79.510	88.571	85.992	68.158
Ishares PIBB 11	23.458	28.314	28.131	24.680
Sulamérica Expertise FIA	11.226	12.011	13.532	12.576
Vinci Gas Valor Snnal FIC FIA	10.760	12.734	20.000	16.113
Fundos de Investimentos em Participações - Plano BD	82.724	105.220	84.080	89.371
Brascan de Petróleo e Gás	1.787	827	1.787	1.765
Capital Mezanino	-	-	4.437	16.905
Empreendedor Brasil FMIEE	3.309	9.322	3.309	4.141
Logística Brasil FIP	7.080	36.322	7.080	13.335
Terra Viva	4.751	552	4.751	557
BR Energias Renováveis I	30.000	12.098	30.000	12.121
Neo Capital Mezanino II	5.056	7.476	5.056	7.389
Pátria Real Estate II	7.160	12.743	6.239	10.594
Pátria Special Opp I	11.080	13.430	10.100	12.227
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	3.007	3.459	1.473	1.291
DLM Brasil TI FIP	9.494	8.990	9.398	9.048
Fundos de Investimento no Exterior - Plano BD	39.000	47.296	39.000	54.961
BB Multimercado BlackRock IE FI	19.430	23.435	19.430	27.731
BB Multimercado JPM IE FI	19.570	23.861	19.570	27.230
Investimentos imobiliários - Plano BD	11.701	83.111	11.701	84.920
Alugueis e Renda	11.701	83.111	11.701	84.920
Empréstimos e Financiamentos - Plano BD	-	80.506	-	75.289
Empréstimos	-	80.506	-	75.289
Depósitos Judiciais de Investimentos - Plano BD	52.017	135.773	52.017	127.029
Total dos investimentos	2.318.260	3.325.212	2.233.370	3.011.490

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. A Fundação contratou o Banco Bradesco S.A para atuar como custodiante das diversas carteiras de investimentos e os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, SELIC ou CBLC, conforme o caso.

Os títulos públicos da carteira do Plano BD possuem os seguintes vencimentos:

Prazos	Títulos para negociação			Títulos mantidos até o vencimento			Total Carteira
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma	
Até 60 dias	-	-	-	-	-	-	-
De 61 a 180 dias	-	-	-	97.928	-	97.928	97.928
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-
Acima de 360 dias	185.059	-	185.059	2.187.082	-	2.187.082	2.372.142
Total	185.059	-	185.059	2.285.011	-	2.285.011	2.470.070

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria.

4.3.2 Letras Financeiras do Tesouro – AL

Em 1995 e 1996 a Fundação adquiriu Letras Financeiras do Tesouro de Alagoas – LFTAL, que não foram honradas nos respectivos vencimentos, em junho de 1997, 1999 e 2000, ocasião em que, foram consideradas integralmente como perda, com as devidas baixas contábeis. Devido à inadimplência, a Fundação ingressou com ação judicial, tendo obtido sentença favorável em primeira instância relativa a um dos lotes vencidos.

A União, com base inicialmente na Resolução do Senado nº 36/2000 e posteriormente na Resolução nº 53/2002, firmou contrato de refinanciamento com o Estado de Alagoas. A União firmou também contrato com os credores, com a interveniência do Estado de Alagoas, que resultou na troca dos Títulos Estaduais por Títulos Federais.

Esta troca foi realizada nos termos e condições do acordo entre os Credores e o Estado de Alagoas, mediante a concessão de deságio em favor do Estado de Alagoas, conforme aprovado pelo Conselho de Curadores da Fibra, por meio das Resoluções nº 005, de 22 de março de 2002, e nº 013º, de 16 de setembro de 2002, com a manifestação favorável da diretoria jurídica de ITAIPU.

Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela consultoria jurídica, pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela Fibra e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

A discussão judicial quanto à validade dos títulos transcorreu no âmbito da Justiça Federal do Rio de Janeiro e no âmbito da Justiça Estadual de Alagoas. Em decisão de 25 de outubro de 2011, o Tribunal de Justiça

de Alagoas se manifestou pela incompetência, pugnando por remeter o processo à Justiça Federal.

Foi Instaurado conflito de competência, com o processo retornando à Justiça Estadual, onde foi julgado em 29 de novembro de 2016, pela improcedência dos recursos. Desse julgamento foram apostos embargos declaratórios. O prazo transcorre a partir de 20 de janeiro de 2017 para a interposição de recurso especial no STJ - Superior Tribunal de Justiça.

4.3.3 Provisões CDBs de Emissão do Banco Santos S.A.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Associate-FI administrado pelo Banco Votorantim S.A. Com a extinção do fundo exclusivo, realizado pelo resgate dos ativos, este direito de crédito passou para a carteira própria, estando registrado pelo valor da habilitação na massa falida (R\$ 17.561), com a provisão para perda do mesmo valor.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20 de setembro de 2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela ABRAPP e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra falências, caso se revele conveniente.

Nos termos autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, o administrador da Massa Falida do Banco Santos S.A. distribuiu, aos credores, em 2010, o valor correspondente a 30% do valor da habilitação na massa falida.

Em função da decisão, a Fibra recebeu R\$ 1.756 em julho de 2010 no primeiro rateio para credores, R\$ 3.161, em dezembro de 2010 no segundo rateio, R\$ 1.134 em janeiro de 2013, no terceiro rateio e, em dezembro de 2016, a Fibra recebeu uma nova parcela referente ao quarto rateio no valor de R\$ 1.093, totalizando, até o momento, recebimentos da ordem de R\$ 7.144, ou, 40,1% do valor de habilitação da massa falida. O saldo remanescente da provisão é de 10.416, em 31 de dezembro de 2016.

Estes valores foram contabilizados em receitas de investimentos e baixados da provisão retificadora do ativo. Devido ao levantamento destes valores, conforme contrato, houve o pagamento de honorários de êxito ao escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra, cujo percentual foi de 4% do valor levantado.

O escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra Advogados, contratado da Fibra, acompanha o processo e eventualmente poderá sugerir outras medidas a serem adotadas. A Fibra permanece monitorando iniciativas de alguns credores que manifestaram, no passado, interesse em criar um fundo de credores para acelerar o processo de

recebimento do restante dos créditos, mas não possui, ainda, posição firmada a respeito do tema.

4.3.4 Investimentos imobiliários

A entidade procedeu, em dezembro de 2014, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes "Decatur Engenharia e Avaliações Ltda." O método de avaliação utilizado foi o "Método comparativo de dados de mercado", conforme descrito no item 8.2.1 da ABNT NBR 14653-1:2001, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado da reavaliação dos imóveis foi positivo em R\$ 20.824 e foi contabilizado no exercício de 2014.

Os ativos reavaliados passaram a partir de dezembro de 2014, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 40 anos ou 2,50% ao ano.

Em junho de 2016 a Exxon Mobil indenizou a Fibra em R\$ 2.601, pela devolução antecipada dos andares 9º, 10º e 11º do Centro Comercial Itália, conforme previsto em contrato, para reforma e retorno às condições originais dos referidos andares. Este valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R\$ 2.854 e foi contabilizado como rendimento dos investimentos imobiliários.

O detalhamento dos investimentos imobiliários, em 31 de dezembro de 2016, está a seguir demonstrado:

Imóvel	Valor da Reavaliação em dez/2014	Depreciação Acumulada	Alugueis a Receber	Saldo em dez/2016
Edificações de uso próprio	5.329	(219)	-	5.110
Edificações locadas à patrocinadora	42.293	(1.741)	190	40.742
Edificações locadas a terceiros	38.899	(1.714)	74	37.259
Total	86.521	(3.674)	264	83.111

4.3.5 Avaliação dos Controles Utilizados na Gestão dos Investimentos

A auditoria externa, em conexão com seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, entendeu os procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade para planejar e executar seus trabalhos.

4.3.6 Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

A composição consolidada da carteira de investimentos do Plano de Benefícios – BD e do Plano de Gestão Administrativa – PGA, estão a seguir demonstrados:

	2016			2015		
	Plano BD	PGA	Soma	Plano BD	PGA	Soma
Títulos Públicos	2.470.070		2.470.070	2.220.826		2.220.826
Títulos Públicos Federais	2.470.070		2.470.070	2.220.826		2.220.826
Créditos Privados e Depósitos	14.763		14.763	13.834		13.834
Instituições Privadas	14.763		14.763	13.834		13.834
Fundos de Investimentos	531.809	9.180	540.989	482.033	7.559	489.592
Fundos de Renda Fixa	224.400	9.180	233.580	204.911	7.559	212.470
Fundos Mútuos	154.893		154.893	132.790		132.790
Fundos de Investimentos em Participações – FIPs	105.220		105.220	89.371		89.371
Fundos de Investimento no Exterior	47.296		47.296	54.961		54.961
Investimentos Imobiliários	83.111		83.111	84.920		84.920
Aluguéis e Renda	83.111		83.111	84.920		84.920
Empréstimos e Financiamentos	80.506		80.506	75.289		75.289
Empréstimos	80.506		80.506	75.289		75.289
Depósitos Judiciais/ Recursais	135.773		135.773	127.029		127.029
Depósitos Judiciais – IR – Anistia – MP nº 2.222/01	113.302		113.302	105.696		105.696
Depósitos Judiciais – IR – RET – MP nº 2.222/01	22.471		22.471	21.333		21.333
Total dos investimentos	3.316.032	9.180	3.325.212	3.003.931	7.559	3.011.490

4.3.7 Ajuste de precificação dos títulos públicos federais – Res. CNPC nº 16, de 19 nov. 2014, Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19, de 04 fev. 2015 e Portaria PREVIC nº 708, de 22 dez. 2015

A Resolução CNPC 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Conforme Art. 11-A, §1º, da Resolução CNPC nº 16/2014, o ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,76% (ver NE 4.3.8) e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, de cada plano de benefícios, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

O ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2016 resultou em um valor positivo de R\$ 147.829, conforme demonstrativo a seguir:

Carteira de Títulos públicos - ajuste de precificação - Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014

Descrição	Taxa Aquisição	Data Aquisição	Taxa Atuarial	Vencimento	Quantidade	Valor aplicado	Valor contábil	Valor pela taxa atuarial	Ajuste de precificação
NTN-B	6,5417	25/07/2007	5,76	15/05/2017	20,000,00	32,264	59,441	59,599	158
NTN-B	7,5687	23/08/2007	5,76	15/05/2017	2,991,00	4,536	8,859	8,913	54
NTN-B	7,4535	28/11/2007	5,76	15/05/2017	10,000,00	15,225	29,629	29,799	170
NTN-B	6,3095	22/01/2014	5,76	15/08/2018	5,000,00	12,006	15,038	15,158	120
NTN-B	5,9051	24/10/2014	5,76	15/05/2019	10,000,00	25,534	29,859	29,949	91
NTN-B	6,1472	26/11/2013	5,76	15/08/2022	10,000,00	23,527	30,334	30,559	525
NTN-B	6,5811	20/02/2014	5,76	15/08/2022	10,000,00	22,991	29,460	30,559	1,098
NTN-B	5,6890	28/08/2014	5,76	15/05/2023	3,000,00	7,653	9,085	9,053	-33
NTN-B	5,6890	28/08/2014	5,76	15/05/2023	10,000,00	7,653	30,284	30,176	-108
NTN-B	6,5110	24/07/2015	5,76	15/05/2023	10,000,00	26,297	29,060	30,176	1,116
NTN-B	6,8115	29/07/2015	5,76	15/05/2023	10,000,00	25,881	28,628	30,176	1,548
NTN-B	7,2995	25/08/2015	5,76	15/05/2023	10,000,00	25,400	27,945	30,176	2,231
NTN-B	8,5013	23/10/2008	5,76	15/08/2024	12,412,00	17,683	32,623	38,058	5,435
NTN-B	6,7970	24/03/2009	5,76	15/08/2024	10,000,00	16,926	28,899	30,662	1,763
NTN-B	6,7970	24/03/2009	5,76	15/08/2024	20,000,00	16,926	57,798	61,324	3,526
NTN-B	6,2497	22/12/2014	5,76	15/08/2024	10,000,00	25,136	29,812	30,662	850
NTN-B	6,2601	18/02/2015	5,76	15/08/2024	10,000,00	25,063	29,795	30,662	867
NTN-B	6,0300	15/02/2011	5,76	15/08/2030	10,000,00	19,941	30,182	30,908	726
NTN-B	6,1516	16/03/2011	5,76	15/08/2030	10,000,00	19,928	29,863	30,908	1,045
NTN-B	6,1733	17/03/2011	5,76	15/08/2030	10,138,00	20,167	30,218	31,335	1,117
NTN-B	6,1738	24/03/2011	5,76	15/08/2030	1,00	2	3	3	0
NTN-B	5,9985	07/11/2013	5,76	15/08/2030	8,100,00	19,143	24,515	25,036	521
NTN-B	6,3082	26/11/2013	5,76	15/08/2030	10,000,00	23,050	29,458	30,908	1,450
NTN-B	6,7604	19/02/2014	5,76	15/08/2030	5,000,00	11,060	14,166	15,454	1,288
NTN-B	6,7707	20/02/2014	5,76	15/08/2030	10,000,00	22,112	28,307	30,908	2,601
NTN-B	6,2998	19/12/2014	5,76	15/08/2030	10,000,00	24,849	29,480	30,908	1,428
NTN-B	6,2850	10/02/2015	5,76	15/08/2030	10,000,00	25,510	29,518	30,908	1,390
NTN-B	6,3500	12/02/2015	5,76	15/08/2030	10,000,00	25,396	29,352	30,908	1,556
NTN-B	6,2900	18/02/2015	5,76	15/08/2030	10,000,00	24,828	29,505	30,908	1,403
NTN-B	6,2656	27/02/2015	5,76	15/08/2030	10,000,00	25,046	29,568	30,908	1,341
NTN-B	6,3296	06/03/2015	5,76	15/08/2030	10,000,00	25,007	29,404	30,908	1,505
NTN-B	6,5000	13/03/2015	5,76	15/08/2030	10,000,00	24,718	28,973	30,908	1,935
NTN-B	6,9501	12/06/2008	5,76	15/05/2035	20,917,00	32,510	56,514	64,043	7,530
NTN-B	7,7505	10/12/2008	5,76	15/05/2035	10,000,00	14,560	24,932	30,618	5,685
NTN-B	7,6100	15/12/2008	5,76	15/05/2035	10,000,00	14,816	25,281	30,618	5,337
NTN-B	7,0309	16/04/2009	5,76	15/05/2035	11,131,00	18,324	29,827	34,081	4,254
NTN-B	6,4519	18/06/2009	5,76	15/05/2035	10,575,00	18,450	30,083	32,378	2,296
NTN-B	6,4519	18/06/2009	5,76	15/05/2035	21,170,00	18,450	60,222	64,818	4,596
NTN-B	6,6192	22/10/2009	5,76	15/05/2035	10,794,00	19,058	30,175	33,049	2,874
NTN-B	6,6192	22/10/2009	5,76	15/05/2035	6,396,00	19,058	17,880	19,983	1,703
NTN-B	6,6312	06/11/2009	5,76	15/05/2035	10,000,00	17,699	27,920	30,618	2,698
NTN-B	7,5366	21/01/2016	5,76	15/05/2035	10,000,00	24,053	25,466	30,618	5,152
NTN-B	6,1070	09/06/2016	5,76	15/05/2035	10,000,00	28,763	29,501	30,618	1,117
NTN-B	6,1000	15/04/2010	5,76	15/08/2040	10,142,00	19,315	30,337	31,604	1,267
NTN-B	6,2904	10/06/2010	5,76	15/08/2040	10,351,00	19,581	30,272	32,256	1,983
NTN-B	5,4999	21/12/2011	5,76	15/08/2040	10,000,00	22,954	32,172	31,162	-1,010
NTN-B	5,4998	22/12/2011	5,76	15/08/2040	10,000,00	22,964	32,172	31,162	-1,010
NTN-B	5,5000	12/06/2013	5,76	15/08/2040	7,850,00	19,628	25,254	24,462	-792
NTN-B	5,5000	12/06/2013	5,76	15/08/2040	2,150,00	19,628	6,917	6,700	-217
NTN-B	6,7268	22/01/2014	5,76	15/08/2040	10,000,00	22,258	27,801	31,162	3,361
NTN-B	6,1090	30/09/2014	5,76	15/08/2040	10,000,00	24,556	29,880	31,162	1,281
NTN-B	6,2300	10/11/2014	5,76	15/08/2040	10,000,00	24,505	29,455	31,162	1,707
NTN-B	6,2000	12/12/2014	5,76	15/08/2040	10,000,00	24,880	29,559	31,162	1,603
NTN-B	6,2110	12/12/2014	5,76	15/08/2040	10,000,00	24,846	29,521	31,162	1,641
NTN-B	6,5099	17/12/2014	5,76	15/08/2040	10,000,00	24,001	28,505	31,162	2,657
NTN-B	6,5250	13/03/2015	5,76	15/08/2040	1,300,00	3,160	3,699	4,051	352
NTN-B	6,1020	13/06/2016	5,76	15/08/2040	10,000,00	29,195	29,905	31,162	1,257
NTN-B	7,6475	06/12/2006	5,76	15/05/2045	10,000,00	12,985	24,347	30,816	6,468
NTN-B	6,8096	11/06/2008	5,76	15/05/2045	10,000,00	15,636	26,920	30,816	3,896
NTN-B	6,8001	12/06/2008	5,76	15/05/2045	10,377,00	16,256	27,968	31,978	4,010
NTN-B	7,5400	15/12/2008	5,76	15/05/2045	10,000,00	14,664	24,654	30,816	6,162
NTN-B	7,4500	15/12/2008	5,76	15/05/2045	10,000,00	14,829	24,916	30,816	5,900
NTN-B	7,0505	16/04/2009	5,76	15/05/2045	11,309,00	18,324	29,558	34,850	5,292
NTN-B	7,0000	15/05/2009	5,76	15/05/2045	10,000,00	15,928	26,298	30,816	4,518
NTN-B	6,4207	18/06/2009	5,76	15/05/2045	10,625,00	18,493	30,034	32,742	2,707
NTN-B	6,5600	19/08/2013	5,76	15/05/2045	10,000,00	24,603	31,275	30,816	-459
NTN-B	6,1310	09/06/2016	5,76	15/05/2045	10,000,00	28,610	29,343	30,816	1,473
NTN-B	6,1000	15/04/2010	5,76	15/08/2050	10,151,00	19,314	30,323	31,787	1,464
NTN-B	6,2603	10/06/2010	5,76	15/08/2050	10,339,00	19,581	30,220	32,376	2,155
NTN-B	6,4690	02/04/2013	5,76	15/08/2050	10,000,00	28,426	37,144	31,314	-5,830
NTN-B	4,5000	15/05/2013	5,76	15/08/2050	10,000,00	29,320	37,784	31,314	-6,470
NTN-B	5,0397	03/06/2013	5,76	15/08/2050	10,000,00	26,987	34,774	31,314	-3,460
NTN-B	5,6997	19/08/2013	5,76	15/08/2050	10,000,00	24,144	31,582	31,314	-268
NTN-B	5,6997	19/08/2013	5,76	15/08/2050	10,000,00	24,144	31,582	31,314	-268
NTN-B	7,0960	03/02/2014	5,76	15/08/2050	10,000,00	21,113	26,230	31,314	5,084
NTN-B	7,5015	21/09/2015	5,76	15/08/2050	10,000,00	22,290	24,960	31,314	6,354
NTN-C	8,3500	01/03/2005	5,76	01/04/2021	10,000,00	14,974	33,682	36,866	3,184
NTN-C	8,3500	01/04/2005	5,76	01/04/2021	10,000,00	14,666	33,682	36,866	3,184
NTN-C	8,3500	02/05/2005	5,76	01/04/2021	10,000,00	14,888	33,682	36,866	3,185
NTN-C	8,4000	01/06/2005	5,76	01/04/2021	10,000,00	14,889	33,624	36,866	3,242
Sub-total						1.599.585	2.285.009	2.432.838	147.829
Provisão IOF						-	-	-	-
Valor contábil									

4.3.8 Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2016

A taxa de juros de 5,76% foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e Portaria PREVIC nº 615, de 24 de novembro de 2014.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a “duração” do passivo do Plano de Benefícios da Fundação resultou em 13,7 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 6,22% ao ano.

A adequação e a aderência da taxa de juros constam do estudo técnico elaborado pela consultoria Mercer Human Resource Consulting Ltda, a qual resultou em uma projeção de taxa de retorno real de 6,40% com probabilidade de 82,70%, e de 5,76% com probabilidade de 93,80%, confirmou a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios, em atendimento à Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014 e à Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015 e conseqüentemente, por recomendação do consultor atuarial, a adoção da taxa de juros parâmetro de 5,76% ao ano, que foi utilizada na Avaliação Atuarial de dezembro/2016.

5 Exigível Operacional

	2016	2015
Gestão Previdencial		
Benefícios a pagar – Provisões	1.223	752
Recursos Antecipados	3	11
Retenções a recolher	5.690	5.016
Total Gestão Previdencial	6.916	5.779
Gestão Administrativa		
Contas a Pagar	1.168	906
Retenções a recolher – Impostos a Recolher	148	284
Tributos a Recolher	70	66
Total Gestão Administrativa	1.386	1.256
Investimentos		
Fundos de investimentos – Renda Fixa	26	31
Outras exigibilidades – honorários advocatícios (*)	4.668	4.094
Total de investimentos	4.694	4.125

(*) O valor de honorários advocatícios de R\$ 4.668 (R\$ 4.094 em 2015), provisionado no balanço de 2016 em “Outras Exigibilidades” dos Investimentos, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal, referentes às LFT-AL.

6 Exigível Contingencial

6.1 Exigível Contingencial - Investimentos

Imposto de Renda – IRRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que

trata a MP nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.

- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foram lançados também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a Fibra recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a Fibra.

Diante da decisão, a Fibra apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantiam a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais. O juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a Fibra o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto. A pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O recurso voluntário no Conselho de Contribuintes foi julgado improcedente, sendo que o relator alegou que quando findo o processo

judicial, a fundação deveria recolher somente aquilo que o juiz estipulasse como devido.

Diante da decisão desfavorável e com orientação de seus consultores jurídicos, a Fibra, em junho de 2006, apresentou Embargos de Declaração, alegando contradições e omissões na decisão do Conselho de Contribuintes. Caso haja nova decisão desfavorável no julgamento dos Embargos de Declaração, a fundação poderá ainda entrar com Recurso Especial junto à Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a Fibra contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vem sendo defendidas judicialmente, cuja opinião é fundamental no julgamento do processo.

Em setembro de 2006, a Fibra obteve, por meio de seus advogados, junto à 6ª Vara Federal de Brasília a emissão de Ofício judicial determinando a alteração da correção da conta de TR para SELIC. Com isso a conta dos depósitos judiciais passou a ser corrigida, pela SELIC e não mais pela TR, como vinha ocorrendo. Resta a pendência quanto à correção do período passado, em que a conta vinha sendo corrigida pela TR, sendo que a Fibra já pleiteou a regularização do saldo, visto que a determinação judicial é para correção anterior e futuro dos depósitos judiciais.

Com a publicação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que instituiu o REFIS IV, a Fibra reavaliou sua questão tributária tendo em vista uma eventual adesão aos benefícios propostos. Após a análise dos termos da Lei e da Portaria Conjunta nº 10, subscritas pela Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Receita Federal, de 9 de novembro de 2009, onde estabelece que só terão direito aos descontos previstos em lei os contribuintes que depositaram judicialmente, além do valor principal do tributo questionado, as respectivas multas e juros, concluiu-se que a Fibra ficou impossibilitada de aderir ao REFIS IV.

Diante disso, o Conselho Deliberativo decidiu pela manutenção das ações judiciais assim como, com base no § 2º, do artigo 12, da Resolução nº 13, de 01 de outubro de 2004, onde estabelece que para a realização dos objetivos da EFPC “os riscos identificados devem ser avaliados com observância dos princípios de conservadorismo e prudência, sendo recomendável que as prováveis perdas sejam provisionadas, antes de efetivamente configuradas”, efetuar a provisão da diferença entre o Auto de Infração Complementar atualizado (R\$ 111.643) e o saldo da conta judicial (R\$ 71.447) no valor de R\$ 40.196 (atribuída à remuneração a menor da conta judicial de TR para SELIC e juros desde os fatos geradores do Auto de Infração Complementar).

Em 30 de novembro de 2009, a ação cautelar, na análise de mérito, foi julgada improcedente, porém com contradições, equívocos e omissões que levou a Fibra, com orientação de seus consultores jurídicos, com base no artigo 535 do Código de Processo Civil, apresentar embargos de declaração.

A decisão destes embargos foi publicada em 15 de agosto de 2011, acolhendo em parte os Embargos de Declaração opostos pela Fibra, mas não suprimindo, totalmente, a omissão sobre a adesão da Fibra à anis-

tia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01, a qual havia sido garantida por meio da liminar obtida.

Diante deste julgamento desfavorável, em 22 de agosto de 2011, novos Embargos de Declaração foram opostos pela Fibra, com o objetivo de suprir a omissão da decisão acerca dos efeitos da liminar durante o período de sua eficácia para garantir a adesão da Fibra à anistia prevista no artigo 5º da MP nº 2.222/01. Em 29 de junho de 2012, foi proferida decisão que rejeitou os Embargos de Declaração opostos pela Fibra. Com a decisão desfavorável, a Fibra interpôs Recurso de Apelação, a qual aguarda julgamento.

Com a publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o prazo para adesão ao REFIS de tributos federais, o Conselho Deliberativo, após análise do parecer jurídico da consultoria tributária responsável pelo processo e nos cálculos realizados pela Fibra, decidiu:

- i) pela continuidade da estratégia jurídica em curso;
- ii) pela não adesão ao REFIS; e
- iii) pela não desistência da ação.

Em 23 de abril de 2014 a Fibra foi comunicada da decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais que negou provimento ao Recurso Especial, e informando da insuficiência dos valores depositados judicialmente para cobrir todos os lançamentos do Auto de Infração complementar emitido pela Receita Federal, pelo fato de terem sido incluídos os juros neste auto de infração.

Com a decisão desfavorável a Fibra, por meio do escritório de advocacia responsável, protocolou Embargos de Declaração, alegando contradição e erro material na decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais. Os embargos foram rejeitados, e em 08 de agosto de 2014, tendo a Fibra recebido a Intimação nº 727/2014 da Receita Federal do Brasil para em 30 dias recolher o valor adicional, ou apresentar medidas que suspendessem a cobrança. Não cabiam mais recursos administrativos à decisão, a Fibra deveria, no prazo de 30 dias, pagar ou depositar judicialmente R\$ 43 milhões, em adição ao depósito judicial dos valores feitos em 2002. Na intimação, o Fisco concluiu que os valores depositados teriam sido suficientes para cobrir somente os fatos geradores até junho/2000, ficando os fatos posteriores em aberto, sujeitos aos juros e à multa de mora, constante na Intimação.

Como a estratégia jurídica em curso no ano de 2002 estava limitada aos valores já depositados judicialmente àquela época, as perspectivas jurídicas eram otimistas, em face da inexistência de jurisprudência. Ao longo dos últimos anos, o governo federal vinha oferecendo incentivos para quitação de tributos, com efeitos similares ao da adesão à anistia, por meio de adesão ao REFIS.

A adesão ao REFIS não vinha sendo considerada atrativa, em função da avaliação jurídica e financeira dos riscos financeiros envolvidos e das chances de sucesso nos âmbitos administrativo e judicial, porém o risco jurídico se elevou ao longo dos últimos anos, em função das sucessivas decisões desfavoráveis nos âmbitos administrativo e judicial e o risco financeiro também se elevou, ultrapassando o valor depositado em 2002, especialmente em função da recente exigência de depósito adicional constante na Intimação da Receita Federal de 08 de agosto de 2014, no valor de R\$ 43 milhões.

Diante disso, o Conselho Deliberativo aprovou a adesão ao REFIS, por meio da Resolução do Conselho Deliberativo - RCD010, de 18 de agosto de 2014, cujos efeitos e posição atual dos débitos, estão a seguir demonstrados:

	2016	2015
Provisões Acumuladas atualizadas		
IRRF anistia	90.270	86.476
Provisões iniciais (valores depositados)	44.737	44.737
Atualização das provisões efetuadas	46.095	46.095
Provisões Complementares	48.204	48.204
Subtotal (dívida antes do REFIS)	139.036	139.036
Pagamento REFIS à vista	(28.730)	(28.730)
Ganho com o REFIS (reversão da provisão) (28.736)	(28.736)	(28.736)
Atualização da provisão após REFIS	8.700	4.906
IRRF RET	22.471	21.333
Provisões iniciais	8.617	8.617
Atualização das provisões efetuada	13.854	12.716
Subtotal das provisões acumuladas atualizadas	112.741	107.809
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(135.773)	(127.029)
Provisões Líquidas para IRRF	(23.032)	(19.220)

6.2 Exigível Contingencial – Gestão Previdencial

A maioria dos processos judiciais movidos pelos assistidos contra a Fibra ou contra o Patrocinador ITAIPU Binacional não impacta no patrimônio líquido da Fibra, pois de acordo com o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios, nas “hipóteses de condenação judicial, referente a ato ou omissão inerente à gestão de Recursos Humanos do Patrocinador, ou revisão administrativa promovida pelo Patrocinador, que implique majoração dos benefícios concedidos ou a conceder pela Fibra, caberá ao respectivo Patrocinador efetuar o aporte do numerário correspondente à diferença de reserva matemática, deduzida dos valores de contribuição de responsabilidade dos Participantes”.

Visando estabelecer procedimento para análise das demandas judiciais de assistidos com possível impacto atuarial e consequentemente apurar os valores passíveis de provisionamento contábil na Fundação e no Patrocinador ITAIPU, foi expedida pelo Diretor Jurídico da ITAIPU a Determinação DET/JUD/004/12, de 07 de agosto de 2012.

O resultado dos trabalhos conjuntos entre o Patrocinador ITAIPU e a Fundação, no ano de 2012, resultaram no recebimento pela Fundação de R\$ 4.672, relativos ao aporte para cobertura do impacto financeiro e atuarial, provocado por ações judiciais movidas por assistidos, que conforme o artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios são de responsabilidade da Patrocinadora ITAIPU, sendo que R\$ 3.272, foi contabilizado em outras adições da gestão previdencial; R\$ 839, relativo à substituição da penhora de imóvel por depósito judicial trabalhista; e R\$ 561, para efetuar depósito judicial.

Os estudos foram aprofundados em 2013 e resultaram no provisionado de R\$ 1.822, cujo valor foi registrado no Exigível Contingencial da Fundação (aumento do compromisso com os assistidos) e também em seu Ativo Realizável Previdencial (direito assegurado, pelo artigo 79, § 1º, do Regulamento do Plano de Benefícios). Para o Patrocinador ITAIPU os reflexos contábeis resultaram no registro contábil, do mesmo valor, em seu Passivo.

Nos termos previstos no § 1º do artigo 79 do Regulamento do Plano de Benefícios a Fibra encaminhou a correspondência E/DS/044/2015, de 27 de maio de 2015, na qual submeteu a análise da diretoria jurídica, os valores correspondentes a três revisões administrativas promovidas pelo patrocinador para se evitar passivos trabalhistas futuros, alteraram a remuneração de três grupos de empregados, sendo:

Adicional de Insalubridade (instituído no ACT 2012/2013, Cláusula 80) = R\$ 2.070;

Adicional de Periculosidade para Agentes de Segurança (instituído via Termo Aditivo nº 03 do ACT 2013/2015) = R\$ 4.416; e

Adicional de Periculosidade para Bombeiros (instituído em decorrência da ação coletiva nº 03243-2010-303-09-00-9 via Termo Aditivo nº 01 do ACT 2013/2015) = R\$ 1.848.

Como estas demandas estavam enquadradas na previsão Regular, foram solicitadas providências de Itaipu para fins de ressarcimento de R\$ 8.334 (data base de maio de 2015), composto pelos valores mencionados e que foram respaldados por pareceres atuariais.

A Itaipu atendendo à solicitação da Fibra, em 13 de julho de 2015, procedeu ao pagamento de R\$ 8.334, referente aos valores correspondentes às três revisões ocorridas, que alteraram a remuneração de três grupos de empregados participantes da Fibra e complementou a correção de R\$ 147 em 31 de agosto de 2015.

Durante o exercício de 2016, as provisões foram atualizadas e foram incluídos os novos depósitos judiciais/recursais, conforme demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2016	2015
EXEQUÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL		
1) PASSIVO PROVISÕES	6.343	4.990
Ações judiciais não cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 do Regulamento	2.032	760
Ações judiciais com cobertura de Depósitos e Bloqueio Judicial/Recursal	430	588
Ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	1.822	1.822
Verbas para ajustes futuros de ações judiciais	2.059	1.820
2) ATIVO – DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS E ATIVO DE CONTRAPARTIDA	2.252	2.410
Bloqueio e Depósitos Judiciais/Recursais	430	588
Créditos de ações judiciais cobertas pelo Parágrafo 1º do Art. 79 – ITAIPU	1822	1.822
Provisões líquidas da gestão previdencial	4.091	2.580

6.3 Exigível Contingencial – Gestão Administrativa

6.3.1 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS

O Supremo Tribunal Federal – STF ao analisar a constitucionalidade do parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, que trata da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e para o Programa de Integração Social - PIS, entendeu que somente existirá base de cálculo das mencionadas contribuições se houver faturamento, ou seja, venda de mercadorias ou de prestação de serviços ou a combinação de ambos.

A base de cálculo do PIS e da COFINS, estabelecida para os fundos de pensão é lastreada na referida lei e resulta na soma do custeio administrativo (Sobrecarga Administrativa) e na remuneração do fundo administrativo, não sendo, portanto, faturamento.

Com base na decisão do STF e em parecer jurídico, a Fibra interpôs ação judicial visando o reconhecimento da não sujeição ao recolhimento das referidas contribuições sobre o custeio administrativo (sobrecarga administrativa e remuneração do fundo administrativo), tendo obtido liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS e do PIS, relativos a fatos geradores a partir da competência de agosto de 2008. A ação visa, ainda, à recuperação dos valores de PIS e COFINS que foram recolhidos após o encerramento das ações, relativa à anistia instituída pela MP nº 2.222/01.

Diante de decisão desfavorável, a Fibra em 07 de dezembro de 2011, protocolou Embargos de Declaração, pois foi verificado que o acórdão publicado partiu de premissas equivocadas, incorrendo, ainda, em omissão, cuja correção revelou-se essencial ao correto, deslinde da presente controvérsia. Com isso, foi requerido que seja reconhecido a não sujeição do PIS e da COFINS, pois a execução de planos de benefícios previdenciários não se enquadra no conceito de faturamento previsto no artigo 3º da Lei nº 9.718/98, nos termos da decisão do STF.

A partir de 1º janeiro de 2015, de acordo com o entendimento da consultoria JCMB com a alteração feita pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, que alterou a legislação tributária das Pessoas Jurídicas, a ação judicial que a Fibra movia pleiteando o não recolhimento das contribuições para o PIS/COFINS perdeu objeto. Com isso, a partir da competência de janeiro de 2015, a Fibra passou a recolher as contribuições para PIS/COFINS normalmente, e não por via de depósitos judiciais. A nova legislação prevê a cobrança dessas contribuições sobre toda e qualquer receita inerente ao exercício da atividade da empresa ou instituição, diferentemente do que ocorria com a Lei, quando a base constitucional para a cobrança de tais contribuições era apenas o faturamento, assim entendida como a receita decorrente da venda de bens e mercadorias e da prestação de serviços, que não é praticada por fundos de pensão.

Sendo assim, a consultoria JCMB, orientou a Fibra a não mais realizar depósito judicial das contribuições para o PIS/COFINS e passar a recolher a partir da competência de janeiro de 2015 (vencimento em 20/02/2015), diretamente à Receita Federal do Brasil, mantendo-se a mesma base de cálculo anteriormente utilizada.

Quanto aos valores já depositados, persiste a discussão judicial em torno da legitimidade da cobrança das contribuições.

6.3.2 Composição das Provisões e Depósitos Judiciais do PGA

Os valores das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos às contribuições para o PIS, para a COFINS estão a seguir demonstrados:

	Valores Atualizados	
	2016	2015
Provisões acumuladas		
COFINS	5.052	4.616
PIS	821	750
Subtotal das provisões acumuladas	5.873	5.366
(-) Depósitos Judiciais atualizados	(5.873)	(5.366)
Provisões Líquidas do Exigível Contingencial do PGA	0	0

7 Exigível Atuarial

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2016 e respectiva movimentação no exercício que findam nesta data são as seguintes:

	2016	2015
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	2.638.248	2.333.590
Benefícios definidos	2.638.248	2.333.590
Benefícios a Conceder	997.402	990.741
Benefícios definidos	997.402	990.741
(-) Provisões Matemáticas a Constituir –		
Serviços passados	(47.193)	(48.132)
Reservas a amortizar	(47.193)	(48.132)
Total de Provisões Matemáticas	3.588.457	3.276.199

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

	2016	2015
No início do exercício	3.276.199	2.822.183
Constituição no exercício	312.258	454.016
Saldo no final do exercício	3.588.457	3.276.199

8 Equilíbrio Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado

Representa os resultados realizados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados. O déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 315.670, sendo que em 31 de dezembro de 2015, a posição deficitária era de R\$ 308.018.

Já o Equilíbrio Técnico Ajustado, que considera o ajuste de precificação dos títulos federais, que era de R\$ 170.253 em 2015, passou para R\$ 167.842 em 2016.

A evolução do Equilíbrio Técnico Acumulado do exercício de 2015 para o exercício de 2016 está a seguir demonstrada:

Item	Descrição	Valor
A	Evolução do Resultado Contábil	
1	Equilíbrio Técnico Acumulado em 31/12/2015 (Déficit Técnico)	(308.018)
2	Atualização do Equilíbrio Técnico de 31/12/2015 para 31/12/2016 pela meta atuarial c/ defasagem	(40.504)
3	Variações ocorridas nas Provisões Matemáticas além da meta atuarial c/ defasagem ^(*)	(32.236)
4	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2016 ^(*)	65.088
5	Equilíbrio Técnico Acumulado em 31/12/2016 (Déficit Técnico)	(315.670)
B	Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(315.670)
6	Equilíbrio Técnico Contábil	
7	Ajuste de precificação - Resoluções CNPC 16/2014 (Nota Explicativa 4.3.7)	147.828
8	Equilíbrio Técnico Ajustado (6 + 7) - demonstrado na DAL (Resolução CNPC 16/2014)	(167.842)

(*1) Consiste nas variações referentes às atualizações das hipóteses de Crescimento Real de Salário, Rotatividade e Fator de Capacidade, além da diferença entre as ocorrências e o esperado das hipóteses previstas no mesmo exercício.

(*2) Corresponde à diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2016 e o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2015, evoluído para 2016, considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual à meta atuarial de rentabilidade do ano de 2016 - IPCA-IBGE sem defasagem + taxa de juros, no valor de R\$ 65.088.

Com a aprovação da Resolução CGPC 22, de 25 de novembro de 2015, foram estabelecidos limites individuais de déficit e superávit para cada plano de benefícios, em função do prazo médio do fluxo dos benefícios de cada plano, criando uma zona de equilíbrio entre esses limites, definindo entre destinação de superávit ou equacionamento de déficit, para a parcela do resultado que estiver fora da zona de equilíbrio.

Deste modo, o equilíbrio técnico ajustado do Plano, de R\$ 167.842, demonstrado na Demonstração do Ativo Líquido – DAL, representa em dezembro de 2016 um déficit de 4,68% em relação ao valor total das Provisões Matemáticas, de R\$ 3.588.457.

Ainda que o Plano da Fibra tenha encerrado o exercício de 2016 com resultado deficitário, o mesmo se encontra em patamar inferior ao limite previsto na legislação. Este limite é representado por $1\% \times (\text{duration} - 4)$, que resulta em 9,70%, para uma “duration” de 13,7 anos.

Conclui-se então, que o resultado deficitário do Plano está localizado na zona de equilíbrio, ou seja, abaixo do limite correspondente à necessidade de equacionamento.

9 Fundos – Gestão Administrativa

O Fundo Administrativo foi constituído por meio da RDE nº 243/1997, de 12 de dezembro de 1997 da ITAIPU Binacional, e, ao longo dos 19 anos de sua criação a Fibra vem gerindo com eficácia seus gastos, sendo possível manter o total de Despesas Administrativas dentro dos limites das Receitas Administrativas.

Em fevereiro de 2015 foi submetido ao Conselho Deliberativo, que, por delegação da patrocinadora Itaipu Binacional, aprovou a alteração no Regulamento do PGA, o qual estabeleceu critérios objetivos e quantitativos relativos ao saldo do fundo administrativo.

Em 2016, o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 9.605, conforme demonstrado a seguir.

A constituição do Fundo Administrativo nos exercícios findos em 31 de dezembro foi efetuada da seguinte forma:

	2016	2015
Fundo administrativo permanente	611	659
Saldo inicial	659	674
Constituição/Reversão	(48)	(15)
Fundo administrativo financeiro	8.994	7.531
Saldo anterior	7.531	5.964
Custeio administrativo do exercício	15.379	13.961
Despesas administrativas do exercício	(15.294)	(14.029)
Remuneração do fundo	1.331	1.619
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	47	16
Saldo dos fundos da gestão administrativa	9.605	8.190

10 Outras Contratações com o Patrocinador - ITAIPU - Rescisão de Dação em Pagamento - Plano BD

O "Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento" foi assinado, entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC nº 17, de 11 de julho de 1996. A cópia do contrato foi remetida para a Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avenças entre a Fibra e o patrocinador ITAIPU, relativa ao Plano de Benefícios, foi aprovada.

O montante contratado está sendo pago por ITAIPU em 230 parcelas. Em 2016 foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente, cujo ajuste em 2016 foi de R\$ 2.330 (R\$ 2.738 em 2015). As parcelas remanescentes, referentes ao referido instrumento, somam um total de 74 parcelas.

Os efeitos desta operação no patrimônio da Fibra em 31 de dezembro de 2016 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com o Patrocinador – Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	83.819
(-) valores de 12 parcelas recebidas em 2016 e do ajuste atuarial de 2015	(20.632)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2016	13.805
(+) Valor do ajuste atuarial de 2016	2.330
= Saldo em 31 de dezembro de 2016	79.322

11 Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Fibra foram definidas como Participantes, a Patrocinadora e órgãos de governança, compostos pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as operações com as partes relacionadas foram constituídas de contribuições, eventuais impactos atuariais e rescisão de dação em pagamento. Essas operações estão divulgadas nas notas explicativas 4.1, e 10.

12 Remuneração dos Diretores e Conselheiros da Entidade

Conforme Regimento Interno dos órgãos de governança, em seu Capítulo VIII, Art. 15, a Fibra não remunerará seus dirigentes por suas atividades nos órgãos estatutários, exceto no caso da diretoria executiva, cujos membros, com dedicação exclusiva, receberão seus salários nos órgãos de origem – Fibra ou Itaipu – acrescidos de gratificação de função, cuja importância é divulgada no Relatório Anual de Informações.

SILVIO RENATO R. SILVEIRA	DENYSE GUBERT ROCHA	FLORÍCIO MEDEIROS DA COSTA	EDMILSON RICARDO
Diretor Superintendente	Diretora de Administração e Processos	Diretor de Segurança	Contador – CRC PR 033.375/0-8

PARECER ATUARIAL DO PLANO

1. Evolução dos custos:

1.1 A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o plano de benefícios da Fibra, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela Fibra, resultou no custo de 28,35%, que ao ser ajustado à contribuição prevista, ficou em 28,11% (excluído o custo administrativo e a contribuição normal de 10% dos aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme abaixo descrito:

Tipo de Benefício	2015		2016	
	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista	Custo Puro Reavaliado	Custo Ajustado à Receita Prevista
Aposentadorias	21,15%	21,33%	21,29%	21,09%
Invalidez	0,83%	0,84%	0,72%	0,71%
Pensão por morte	3,00%	3,03%	2,96%	2,93%
Auxílio-doença	-	-	-	-
Pecúlio por morte	-	-	-	-
Resgates	0,05%	0,05%	0,06%	0,06%
Outros Benefícios (Auxílio Reclusão e Funeral)	0,01%	0,01%	0,01%	0,01%
Outros Benefícios (Devolução Contribuição Designado)	0,35%	0,35%	0,48%	0,48%
Outros Benefícios (Benef. Esp. Temporário p/Morte)	0,08%	0,08%	0,10%	0,10%
Subtotal - Custo Normal (1)	25,47%	25,69%	25,62%	25,38%
Suplementar	2,32%	2,32%	2,32%	2,32%
Jóias	0,45%	0,45%	0,41%	0,41%
Subtotal (2)	2,77%	2,77%	2,73%	2,73%
Total (1)+(2)	28,24%	28,46%	28,35%	28,11%
Custo Administrativo		*1		*1

*1 A sobrecarga administrativa, de total responsabilidade patronal, será igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistentes, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2016, a idade média dos participantes ativos é de 40,82 anos, desconsiderando os que constituem os riscos iminentes. Se considerados todos os participantes ativos, essa idade média na avaliação atuarial de 2016 foi de 41,90 anos.

1.2 O custo total reavaliado de 28,11% será custeado, no exercício de 2016, pelas alíquotas descritas abaixo, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios da Fibra, tanto para os Participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Referência	Em %	
	2015	2016
Contribuição Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	11,14% *1	10,79% *1
Contribuição Normal da Patrocinadora	15,00% *2	15,00% *2
Subtotal	26,14%	25,79%
Custo Suplementar	2,32%	2,32%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos):	28,46%	28,11%
Contribuições Normais dos Participantes Assistentes:		
Aposentados	10,00%	10,00%
Pensionistas	0,00%	0,00%

*1 Inclui a contribuição Normal mais a Joia Atuarial: 10,38% + 0,41% = 10,79%, sendo 0,41% o percentual contributivo médio dos participantes destinado a dar cobertura à Joia Atuarial.

*2 Não está incluído a contribuição destinada ao custeio administrativo, de total responsabilidade patronal, de valor igual a 15% do total das contribuições recolhidas pelos Participantes, inclusive os Assistentes, e pelo Patrocinador, incluídas nesse total as próprias contribuições destinadas ao custeio administrativo.

A Contribuição Pura vigente de 25,79% (que inclui a Joia Atuarial) da folha do Salário Real de Contribuição é ligeiramente superior ao Custo Normal Puro Reavaliado de 25,62% (ambos sem considerar a sobrecarga administrativa). Isso significa que poderão ser mantidas em 2017 as alíquotas de contribuição dos participantes e das patrocinadoras aplicadas durante o exercício de 2016.

2. Variação das provisões matemáticas:

A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) ao final do ano de 2015 e ao final do ano 2016 é a seguinte:

Referência	Valores em R\$ MIL		
	31/12/2015	31/12/2016	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	2.333.590	2.638.248	13,06%
Provisão de Benefícios a Conceder	990.741	997.402	0,67%
Provisão Matemática a Constituir (*1)	-48.132	-47.193	-1,95%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	3.276.199	3.588.457	9,53%

*1: A ser amortizada pelo pagamento dos Patrocinadores, da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial, a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 135 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2017, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

3. Principais riscos atuariais:

3.1 O Plano apresentou um Déficit Técnico Contábil de R\$(315.670) mil. Aplicando o ajuste de precificação de títulos públicos de R\$ 147.828 mil, previsto nas Resoluções CNPC 15/2014 e 16/2014, o Plano permanece deficitário, só que em R\$(167.843) mil, correspondendo esse último valor ao Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano.

3.2 Em relação à hipótese de Taxa Real de Juros, a mesma foi mantida, por recomendação do atuário responsável pelo Plano, em 5,76% a.a., considerando a "duration" do passivo de 13,7 anos e o estudo elaborado

pela Mercer que estimou a rentabilidade real líquida (TIR) projetada em 6,40% a.a., calculada com base na Resolução CGPC 18/2006.

3.3 Em relação à hipótese de Crescimento Real de Salário, adotou-se a função logística ajustada $Sx=1,204339/[1+\exp(2,874766-0,073837x)]$, com $r^2=0,9864$, onde Sx é o Salário Médio Ajustado do participante com idade x , obtida pela experiência do Plano nos últimos 16 anos, ou seja, de 2000 a 2015. Esta mudança onerou o passivo do Plano em R\$13.071 mil.

3.4 Em relação à hipótese de Rotatividade, adotou-se a função polinomial de 2º grau: $Y=a-b(X-18) + c(X-18)^2$, onde $Y=0,0265 - 0,0022(X-18) + 0,00005(X-18)^2$, sendo limitada, por recomendação do atuário responsável pelo Plano, a projeção de saída dos participantes sem direito a benefício aos 40 anos de idade, obtida pela experiência do Plano nos últimos 16 anos, ou seja, de 2000 a 2015. Esta mudança onerou o passivo do Plano em R\$ 104 mil.

3.5 O Fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo foi alterado em 2016, de 97,37% (adotado em 2015), para 97,43%. A alteração levou em consideração o estudo da Mercer, baseado nos cenários da consultoria Tendências (mesma previsão utilizada no estudo de Aderência da Taxa de Juros), que apontou um IPCA-IBGE médio de 4,80%, ao longo dos próximos 10 anos. Esta mudança onerou o passivo do Plano em R\$ 2.210 mil.

3.6 Com relação às demais hipóteses atuariais não se verificou necessidade de alterações.

3.7 Tomando por base o Patrimônio de Cobertura do Plano ao final de 2015 e de 2016 (sem o ajuste de precificação de títulos públicos), utilizando o método da Taxa Interna de Retorno-TIR, a rentabilidade nominal líquida das aplicações financeiras deste Plano foi de 14,68% e, utilizando o sistema de cotas, foi de 14,49%, o que representou uma rentabilidade real de 7,19% a.a. (com base na TIR) e de 7,01% a.a. (com base no sistema de cotas), superior aos 6,99% correspondentes à inflação IPCA-IBGE, acumulada de jan a dez/2015, aplicado com um mês de defasagem.

NOTA: Considerando a variação do IPCA-IBGE de jan a dez/2016, de 6,29%, sem qualquer defasagem, obteve-se uma rentabilidade real de 7,90% a.a. (com base na TIR) e 7,71% a.a. (com base no sistema de cotas).

3.8 Finalmente, um ponto relevante envolvendo Riscos Atuariais, decorre do fato de que no período de 2006 e 2014 (exceto em 2011), o Patrocinador concedeu reajustes acima da inflação incorporados na Tabela Salarial (não tendo ocorrido, também, reajustes reais dessa natureza em 2015 e 2016). Como os Benefícios dos assistidos e o Salário Real de Benefício tomam por base os reajustes ocorridos na Tabela Salarial, se verificou no referido período um aumento nos valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder acima do previsto, que, em parte, está sendo coberto pela obtenção de rentabilidade acima da Meta Atuarial (inflação IPCA-IBGE acrescida da Hipótese de juros reais). Caso a prática de concessão de reajustes acima da inflação se repita no futuro, deve ser encontrada uma forma para dar cobertura ao passivo atuarial, obtendo-se uma efetiva garantia junto ao Patrocinador, sem a qual há um significativo risco de ocorrer expressivo impacto no custeio do Plano de Benefícios.

4. Soluções para insuficiência de cobertura:

A Contribuição Normal Pura (incluindo as joias atuariais) vigente mostra-se suficiente para dar cobertura ao custo normal, atuarialmente reavaliado, do Plano.

5. Qualidade da Base Cadastral:

Com relação aos valores registrados como: Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, Provisão Matemática a Constituir e Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais aqui descritas, os regimes atuariais de financiamento apresentados no item 4 da Nota Técnica Atuarial do Plano de Benefícios da Fibra (JM/0161/2017) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fibra, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os eventuais ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016, reletida nesta D.A..

6. Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não existe fundo previdencial para este Plano.

7. Variação do resultado:

Neste contexto, a evolução do Resultado Acumulado (Contábil) de R\$ (308.018) mil apurado em 31/12/2015 para o Resultado Acumulado (Contábil) apurado em 31/12/2016 de R\$ (315.670) mil, estão, a seguir, apresentados:

1	Resultado Técnico (Equilíbrio Técnico), registrado contabilmente em 31/12/2015	R\$ (308.018) mil
2	Atualização do Equilíbrio Técnico Contábil de 31/12/2015 para 31/12/2016 pela meta atuarial (com IPCA-IBGE um mês defasado)	R\$ (40.504) mil
3	Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes da alteração na hipótese de Crescimento Real de Salário	R\$ (13.071) mil
4	Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes da alteração na hipótese de Rotatividade	R\$ (104) mil
5	Aumento das Provisões Matemáticas decorrentes de alteração do fator de capacidade dos benefícios para 97,43%	R\$ (2.210) mil
6	Outros Ganhos / (Perdas) Líquidos pulverizados e de origens diversas não registrados anteriormente	R\$ (16.851) (*1)
7	Impacto nas Provisões Matemáticas decorrente das situações refletidas nos itens anteriores [2+3+4+5+6]	R\$ (72.740) mil
8	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2016 com IPCA-IBGE um mês defasado	R\$ 43.402 mil
9	Diferença entre utilização do IPCA defasado em um mês para IPCA sem defasagem, no cálculo da rentabilidade prevista.	R\$ 21.686 mil
10	Diferença entre a Rentabilidade Obtida e a Meta Atuarial do ano de 2016 [8 + 9]	R\$ 65.088 (*2)
11	Resultado Técnico (Equilíbrio Técnico) registrado contabilmente em 31/12/2016 [1 + 7 + 10]	R\$ (315.670) (*3)

(*1) Consiste em desvios oriundos do cálculo das Provisões Matemáticas através da Avaliação Atuarial de final de exercício, em função da comparação com o comportamento previsto, no exercício, dos principais decrementos da massa

(morte do ativo, morte do aposentado, entrada em invalidez, entrada em aposentadoria e rotatividade), com o que realmente ocorreu de decréto no mesmo exercício, podendo resultar em um aumento ou redução das Provisões Matemáticas do Plano. Correspondente a apenas 0,47% do total das Provisões Matemáticas avaliadas, em 31/12/2016, em R\$ 3.588.457 mil.

(*2) Corresponde à diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2016 (R\$ 3.272.787) e o Patrimônio de Cobertura do Plano em 2015 (R\$ 3.207.699), evoluído para 2016, considerando a obtenção de rentabilidade líquida igual a meta atuarial de rentabilidade do ano de 2016 - IPCA-IBGE sem defasagem + taxa de juros, no valor de R\$ 65.088 mil. Considerando o Patrimônio de Cobertura evoluído pela meta atuarial com IPCA-IBGE com um mês de defasagem + taxa de juros, a diferença entre a rentabilidade do Patrimônio de Cobertura obtida é de R\$ 43.402 mil.

(*3) O Resultado Contábil, em 31 de dezembro de 2016, é de R\$(315.670). Com a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos no valor de R\$ 147.828, em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 197/2015), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31 de dezembro de 2016, permanece deficitária em R\$(167.843).

OBSERVAÇÃO: O Passivo Atuarial deste Plano de Benefícios Definidos é avaliado considerando a evolução do Salário Real de Benefício de um ano para o ano seguinte, ou seja, a média dos últimos 36 Salários Reais de Contribuição no que se refere às parcelas fixas da remuneração e a média dos últimos 120 meses das parcelas variáveis da remuneração, o que apresenta variações, ora para maior, ora para menor, em relação à evolução do Salário Real de Contribuição de um exercício para o exercício subsequente.

8. Natureza do resultado:

O Resultado Contábil Deficitário do Plano de Benefício Definido vigente na Fibra, em 31/12/2016, é de R\$(315.670) mil, porém mesmo levando-se em consideração a aplicação do ajuste na Precificação dos Ativos de R\$ 147.828 mil, em conformidade com a Resolução CNPC 16/2014 (incluindo a Portaria PREVIC nº 197/2015), a situação atuarial do Plano (correspondente ao Equilíbrio Técnico Ajustado), em 31/12/2016, permanece deficitária em R\$(167.843) mil. Esse nível de situação atuarial deficitária demonstra, à luz da legislação vigente, não existir, ao final de 2016, necessidade de equacionamento, pois a relação entre o Resultado Técnico Ajustado e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$(167.843) mil/R\$(3.588.457) mil, cujo resultado é 4,7%, não chega ao limite estabelecido pela Resolução CNPC 22/2015, sendo inferior a 9,7% ("duration" de 13,7 - 4), que é o limite estabelecido pela legislação, para que seja necessário equacionar o déficit existente no Plano.

9. Soluções para equacionamento de déficit:

Não há a necessidade de equacionar o déficit existente no Plano em 31/12/2016, considerando que a relação entre o Resultado Técnico Acumulado (já considerando o ajuste de Precificação) e o valor total das Provisões Matemáticas, R\$(167.843) mil / R\$ (3.588.457) mil, cujo resultado é 4,7%, não chega ao limite estabelecido pela Resolução CNPC 22/2015, ou seja, é inferior a 9,7% ("duration" de 13,7 - 4).

10. Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido aberto a novas adesões de participantes, o regime financeiro adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte é o de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado, mostra-se plenamente adequado à legislação vigente.

Os benefícios de auxílio funeral e devolução de contribuição a designado são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão simples, em conformidade com a legislação vigente.

Os benefícios de auxílio reclusão e benefício especial temporário por morte são avaliados pelo regime financeiro de repartição na versão capital de cobertura, em conformidade com a legislação vigente.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2017

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social - Fibra

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social - Fibra ("Fibra"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social - Fibra em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fibra, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 19 de fevereiro de 2016, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Fibra é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fibra continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fibra são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fibra.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de

auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fibra. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fibra a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 “F” PR

Emerson Laerte da Silva

Contador CRC 1SP171089/O-3 “S” PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - Fibra, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2016, das respectivas Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, da Mutação do Patrimônio Social Consolidada, do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e da Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios, bem como dos atos da Diretoria Executiva relativos ao exercício de 2016, embasados, ainda, no parecer da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e nos relatórios preliminares do auditor independente e de recomendações para o aprimoramento dos controles internos, além do posicionamento apresentado pela Auditoria Independente, Price Waterhouse Cooper, durante a reunião do Colegiado de 21 de fevereiro de 2017, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, permitindo a aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Curitiba, 21 de fevereiro de 2017.

MÁRCIA ABREU DE AGUIAR BUERGER

Presidente

VIVIANE APARECIDA DA SILVA

Conselheira

ADRIANA MOREIRA

Conselheira

JOSÉ ANTONIO SANTOS

Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – Fibra, no uso de suas atribuições estatutárias, examinaram o Relatório Anual de Informações e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de Benefícios, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa e Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefícios, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, devidamente acompanhados pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviç s Técnicos em Atuária e Economia Ltda. e nos relatórios preliminares da auditoria externa Price Waterhouse Cooper e de recomendações para o aprimoramento de controles internos, além do posicionamento apresentado durante a reunião do Colegiado de 22 fev. 2017 e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, do Estatuto da Fibra, relativo ao exercício de 2016.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2017.

João Emilio Corrêa da Silva de Mendonça
Presidente
Eron Marcio Nyznyk
Conselheiro
Saulo Assumpção
Conselheiro

Ariel da Silveira
Conselheiro
Rosimeri Fauth Ramadas Martins
Conselheira
Laerti Alves Quadrado
Conselheiro

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017

(Resumo - em atendimento a Resolução CGPC n  23 de 06 dez. 2006)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
Plano de Benefícios	Silvio Renato Rangel Silveira	514.772.629-20	Superintendente

Objetivos da Gestão: A gestão dos recursos da Fibra é realizada internamente pela própria Fibra e por intermédio de gestores contratados. O estilo de gestão adotado deve ser ativo, atuando em todos os mercados permitidos pela legislação em vigor, com vistas a se obter os retornos necessários aos objetivos definidos na Política de Investimentos, levando-se sempre em consideração o limite de risco da Fibra e a característica de seu passivo.

Taxa Mínima Atuarial / �ndice de Referência		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2017 a 12/2017	IPCA	5,76%

Alocação dos Recursos			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
Renda Fixa	75,00%	93,00%	84,50%
Renda Variável	1,00%	10,00%	6,00%
Imóveis	2,00%	3,00%	2,50%
Empréstimos e Financiamentos	2,00%	3,00%	2,50%
Investimentos Estruturados	1,00%	5,00%	3,00%
Investimentos no Exterior	1,00%	4,00%	1,50%

* Alocação/Derivativos – Proteção+Exposição, conforme Art.44 da Resolução n  3.792.

Com o objetivo de melhorar a eficiência da gestão, os limites das carteiras de Renda Variável e Private Equity serão considerados conjuntamente sendo o seu ponto ótimo em 9,00% conforme quadro abaixo:

Segmento	Classe	Mín	Ponto �timo	Máx
Renda Variável	Ibovespa			
	Valor			
	Dividendos	2,00%	9,00%	15,00%
	Small Caps			
Estruturados	Private Equity			

No caso de Private Equity o valor máximo a ser aplicado não ultrapassar  o limite previsto de 5%, mas o limite máximo em Renda Variável poderá ultrapassar 10%, desde que somado ao Private Equity este limite seja inferior a 15%.

Cenários Macroeconômicos

As projeções utilizadas para 2017, no estudo de ALM, foram:

Selic: 6,42% a.a.	IPCA: 5,89% a.a.
Ibovespa: 5,45% a.a.	Crédito + Pr�mio (IMA-B 5 + 0,80% a.a.): 7,78%

As taxas representam a rentabilidade real, descontada a inflação projetada para os anos futuros.

 ndice de Referência (*benchmark*)

Segmentos	Metas
Renda Fixa	Curva estoque: IPCA+6,44% Curva novas entradas: IPCA+5,76% Ativa: IMA Composto
Renda Variável	Ibovespa+1%
Estruturados	Ibovespa+3,5%
Exterior	MSCI World em Reais
Imóveis	IPCA+4%
Empréstimos	IPCA+8,75%

Carteira Consolidada de Investimentos:

Meta de Longo Prazo (14 anos): superar IPCA + 5,76%.

Controle de Risco

Os procedimentos de controle interno e de avaliação de risco de investimentos da Fibra, que utiliza um modelo de risco próprio para fins gerenciais, estão inclusos nos Procedimentos Gerenciais e Operacionais, nos critérios e demais normas internas integrantes do escopo de certificação de qualidade da Fibra, aprovados pela Diretoria Executiva, e submetidos às auditorias interna e externa da qualidade, dentro do padrão da ISO-9000.

Os critérios para Avaliação dos Riscos estão assim dispostos:

- Risco de Mercado – Metodologia VaR, Benchmark VaR (B-Var), Component VaR, Testes de Stress e Backtesting;
- Risco de Crédito – RiskBank elaborado pela Consultoria Lopes & Filho Associados;
- Risco de Liquidez – ALM (Asset Liability Management), Fluxo do Passivo Atuarial, Controle de Liquidez e Solvência;
- Risco Operacional – Consultoria PFM / ISO 9000;
- Risco Legal – Administrador Fiduciário e parecer jurídico quando necessário;
- Risco Sistêmico – Análise de stress.

A Fibra buscará a garantia do equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos do Plano e o passivo atuarial por meio da realização de estudos de ALM contratados junto a especialistas de mercado, e a incorporação dos resultados destes estudos na Política de Investimentos.

Contratação de Gestores de Recursos

Os principais critérios para a contratação dos gestores são:

I - Pré-qualificação: (i) estabelecimento de valor mínimo de patrimônio dos Fundos do segmento de investimentos a ser avaliado, e definição do histórico mínimo dos respectivos Fundos Abertos, administrados pelas instituições que serão analisadas, dependendo para qual segmento será feita a seleção; e (ii) definições de quais gestores poderão participar da seleção, utilizando-se os limites estabelecidos nesta Política de Investimentos.

II - análise de indicadores de desempenho: definição dos indicadores de performance para análise de desempenho dos fundos pré-qualificados, privilegiando os índices de retorno ajustado por risco.

III - análise da carteira dos fundos qualificados no item II: (i) estudo da concentração da carteira do fundo: setor, segmento, ativo, emissor; (ii) identificação do grau de alavancagem dos fundos; (iii) análise da concentração de recursos em um único emissor na carteira.

IV - solicitação de proposta técnica e comercial dos gestores classificados nas fases anteriores, com base em formulário padrão Fibra, com o objetivo de avaliar a capacidade do atendimento aos objetivos de gestão, pretendidos pela Fibra, e as taxas e custos propostos.

A Política de Investimentos da Fibra, na íntegra, está disponível no site www.fundacaoitaipu.com.br ou, se desejar, solicite cópia impressa.

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – Plano de Benefícios - BD

Este informativo atende ao disposto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 13 de 01/10/2004, Art. 3º da Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006, Instrução SPC nº 14 de 18/01/2007 alterada pela Instrução SPC nº 21 de 07/04/2008 e Instrução MPS/Previc/DC nº 13 de 12/11/2014 que disciplinam a divulgação de informações aos participantes.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL, EM ATENDIMENTO AO ART. 19 DA RESOLUÇÃO CGPC Nº 13 DE 01/10/2004

O conselho fiscal em sua reunião ordinária realizada em 21 de fevereiro de 2017, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Fibra, após exame do Balanço Patrimonial de 2016, e demais demonstrações contábeis, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2016, emitiu parecer que as referidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômica-financeira da Fundação.

1. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

(Inciso I do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Composição dos Investimentos	Posição em 2015		Posição em 2016		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Mín	% Máx	
Total das Aplicações	2.876.913.173	100,00	3.180.419.706	100,00	-	-	-
Renda Fixa	2.439.570.630	84,80	2.709.233.016	85,18	74	92,5	83
Renda Variável	132.790.223	4,62	154.892.914	4,87	1	10	5,5
Imóveis	84.920.334	2,95	83.111.028	2,61	2,5	4	3
Empréstimos	75.289.078	2,62	80.505.738	2,53	2	3	2,5
Estruturados	89.371.226	3,11	105.219.906	3,31	1	5	3
Exterior	54.960.922	1,91	47.296.168	1,49	1	4	3
Disponível em caixa	10.759	0,00	160.935	0,01	-	-	-

2. TAXA MÍNIMA ATUARIAL E RENTABILIDADES

(Inciso IV, V e VIII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

Segmento	Bench-mark 2015	2015		Bench-mark 2016	2016	
		% Rentabilidade	% Bench-mark		% Rentabilidade	% Bench-mark
Renda Fixa	IMA Composto	16,84 ⁽¹⁾	7,07	IMA Composto	13,76 ⁽¹⁾	28,49
Renda Variável	Ibovespa +1%	-11,66	-12,45	Ibovespa +1%	32,01	40,32
Imóveis	IGPM+4%	2,52	14,97	IPCA+4%	1,98	10,54
Operações c/ Participantes	IPCA +8,75%	20,03	20,36	IPCA+8,75%	17,98	15,59
Estruturados	Ibovespa +3,5%	-11,38	-10,28	Ibovespa +3,5%	35,14	43,8
Exterior	MSCI World em Reais	48,56	38,12	MSCI World em Reais	-13,95	-12,81
Rentabilidade Total	IPCA+ 5,68% a.a.	13,48⁽²⁾	16,96	IPCA +5,76% a.a.	14,42⁽²⁾	12,41

(1) Rentabilidade da carteira de renda fixa com ativos marcados a mercado é 27,69%.

(2) Rentabilidade geral com ativos marcados a mercado é 26,27%

3. DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA (EM RELAÇÃO AO IPCA+5,76% a.a.) (IN SPC 2 DE 18/05/2010)

Segmento	Meses	Segmento de Renda Fixa		Segmento de Renda Variável		Segmento Estruturados		Segmento Investimentos no Exterior		Segmento de Empréstimos		Segmento de Imóveis		Total do Plano		TMA	
		12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses
2016	Jan	(0,35)	(5,07)	(28,07)	(71,34)	(28,19)	(46,31)	24,77	81,02	3,66	13,01	(14,49)	71,77	(2,80)	(13,82)	17,00	47,33
	Fev	0,43	(3,66)	(30,76)	(67,32)	(27,96)	(46,92)	9,65	79,91	4,35	12,79	(14,13)	70,46	(3,02)	(12,01)	16,64	47,80
	Mar	0,81	(2,82)	(16,11)	(53,93)	(27,84)	(48,17)	(4,05)	70,74	5,40	13,76	(13,13)	69,79	(1,66)	(10,16)	15,62	47,77
	Abr	0,49	(2,99)	(16,95)	(47,72)	(15,73)	(49,62)	(3,59)	64,97	5,26	14,33	(13,05)	69,04	(1,72)	(9,79)	15,51	47,89
	Mai	0,47	(1,51)	(20,20)	(54,37)	(15,98)	(50,96)	(4,26)	72,79	3,94	13,44	(13,09)	67,81	(1,76)	(8,71)	15,57	48,53
	Jun	0,91	(0,01)	(15,06)	(39,92)	(21,57)	(51,05)	(13,94)	47,24	4,35	13,36	(12,57)	67,08	(1,50)	(5,09)	15,07	48,69
	Jul	0,72	(0,65)	(0,89)	(30,71)	(16,46)	(51,32)	(18,18)	56,12	4,44	13,61	(12,67)	65,30	(0,64)	(5,07)	14,96	49,45
	Ag	0,85	0,75	6,96	(33,81)	(16,55)	(52,81)	(17,41)	56,82	3,83	13,59	(12,89)	64,19	(0,10)	(4,62)	15,22	49,78
	Set	1,38	0,99	11,49	(37,31)	(15,18)	(52,26)	(22,27)	57,31	4,42	15,01	(12,53)	63,80	0,60	(5,26)	14,70	49,41
	Out	1,30	1,12	21,07	(32,24)	(9,59)	(51,76)	(30,51)	51,27	5,12	15,69	(11,97)	63,38	1,04	(5,62)	14,07	48,98
	Nov	1,59	2,30	18,25	(35,53)	(9,55)	(52,53)	(24,41)	60,17	5,54	15,88	(11,08)	63,03	1,31	(4,38)	13,14	48,47
	Dez	1,35	2,67	19,60	(34,67)	22,73	(18,18)	(26,36)	55,99	5,57	16,09	(10,43)	(4,22)	2,01	(3,36)	12,41	47,59

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (IPCA + 5,76% ao ano), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		3.175.751.404,95	100,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	160.935,06	0,01%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		2.704.564.715,38	85,16%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	2.484.832.783,83	78,24%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		2.470.070.060,71	77,78%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO			
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		2.248.612.854,17	70,81%
NTN - C - Notas do Tesouro Nacional - Série C		134.670.137,84	4,24%
LFT - Letra Financeira do Tesouro		86.787.068,70	2,73%
2 - TÍTULOS PRIVADOS		14.762.723,12	0,46%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		14.762.723,12	0,46%
1 - Debêntures		14.693.195,30	0,46%
Cemig GT		14.693.195,30	0,46%
2 - Certificado de Depósito Bancário - Pós-Fixado		69.527,82	0,00%
Banco Safra S/A		69.527,82	0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		224.400.232,63	7,07%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		223.585.409,30	7,04%
BRZ Crédito Privado FIM	TERCEIRIZADA	5.586.780,84	0,18%
Bradesco Ref. DI Premium	TERCEIRIZADA	217.998.628,46	6,86%
2 - QUOTAS DE FIDC		814.823,33	0,03%
FIDC Cedae	TERCEIRIZADA	814.823,33	0,03%
A3 - EXIGÍVEL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		(4.668.301,08)	-0,15%
Honorários Advocatícios		(4.668.301,08)	-0,15%
B - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL		154.892.913,97	4,88%
B1 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - MÚTUOS		154.892.913,97	4,88%
ETF Ishares PIBB11	TERCEIRIZADA	28.313.952,00	0,89%
ETF Ishares BOVA11	TERCEIRIZADA	88.571.392,00	2,79%
Sulamérica Expertise FIA	TERCEIRIZADA	12.010.746,75	0,38%
Vinci Gas Valor Smll FIC FIA	TERCEIRIZADA	12.734.498,88	0,40%
M Square Institucional FIC FIA	TERCEIRIZADA	13.262.324,34	0,42%

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
B2 - QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES - EXCLUSIVOS		-	0,00%
TERCEIRIZADA		-	0,00%
B3 - ALUGUEL DE ETF'S		-	0,00%
ETF Ishares	TERCEIRIZADA	-	0,00%
Valores a receber	TERCEIRIZADA	-	0,00%
C - SEGMENTO DE ESTRUTURADOS		105.219.906,28	3,31%
C1 - QUOTAS DE FUNDOS ESTRUTURADOS		105.219.906,28	3,31%
Neo Capital Mezanino FIP	TERCEIRIZADA	7.475.729,06	0,24%
Empreendedor Brasil FIP	TERCEIRIZADA	9.321.629,37	0,29%
FIP Terra Viva	TERCEIRIZADA	552.098,02	0,02%
Brascan Petróleo e Gás FIP	TERCEIRIZADA	827.138,87	0,03%
Logística Brasil FIP	TERCEIRIZADA	36.321.927,94	1,14%
Pátria Real Estate II Private FIP	TERCEIRIZADA	12.743.170,43	0,40%
Pátria Special Opportunities I FIP	TERCEIRIZADA	13.430.372,69	0,42%
Brasil Energias Renováveis I FIP	TERCEIRIZADA	12.097.977,72	0,38%
P2 Brasil Infraestrutura III FIC FIP	TERCEIRIZADA	3.459.492,61	0,11%
Ória Tech 1 FIP	TERCEIRIZADA	8.990.369,57	0,28%
D - SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		47.296.168,27	1,49%
D1 - QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		47.296.168,27	1,49%
BB Multi BlackRock IE FI	TERCEIRIZADA	23.435.131,30	0,74%
BB Multi JPM IE FI	TERCEIRIZADA	23.861.036,97	0,75%
E - SEGMENTO DE IMÓVEIS		83.111.028,18	2,62%
E1 - EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO	PRÓPRIA	5.109.542,80	0,16%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR Térreo, 5º e 9º andar		5.109.542,80	0,16%
E2 - EDIFICAÇÕES LOCADAS À PATROCINADORA	PRÓPRIA	40.552.144,70	1,28%
Edifício Governador Parigot de Souza Rua Comendador Araújo - 551 - Centro - Curitiba - PR		40.552.144,70	1,28%
E3 - EDIFICAÇÕES PARA RENDA	PRÓPRIA	37.449.340,68	1,18%
7º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.392.760,75	0,14%
9º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.907.089,00	0,15%
10º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.907.089,00	0,15%
11º andar do Edifício Centro Comercial Itália		4.907.089,00	0,15%
13º andar do Edifício Centro Comercial Itália		987.635,50	0,03%
24º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.234.724,50	0,16%
25º andar do Edifício Centro Comercial Itália		5.648.906,50	0,18%
26º andar do Edifício Centro Comercial Itália		6.200.073,25	0,20%
Rua Marechal Deodoro, 630 - Centro - Curitiba - PR		-	0,00%
Direitos em Alienação de Investimentos em Imóveis		-	0,00%
Aluguéis a Receber		263.973,18	0,01%
F - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES	PRÓPRIA	80.505.737,81	2,54%
Empréstimos Simples		80.505.737,81	2,54%
(-) Liberação de Empréstimos		-	0,00%

(*) O TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS não inclui os débitos do patrocinador oriundos da reversão da dação em pagamento, no valor de R\$ 76.991.953,21

5. DEMONSTRATIVO POR TIPO DE GESTÃO: TERCEIRIZADA OU PRÓPRIA

Data: 31/12/2016

(Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	RENDA VARIÁVEL	%	ESTRUTURADOS	%	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	%	OPERAÇÃO C/ PART.	%	IMÓVEIS	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	2.480.325.417,81	91,70%	-	-	-	-	-	-	80.505.737,81	100%	83.111.028,18	100%	2.643.942.183,80	83,25%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	224.400.232,63	8,30%	154.892.913,97	100,00%	105.219.906,28	100%	47.296.168,27	100%	-	-	-	-	531.809.221,15	16,75%
Bradesco Asset Management S/A	217.998.628,46	8,06%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	217.998.628,46	6,86%
Banco Brascan S/A	-	-	-	-	827.138,87	0,79%	-	-	-	-	-	-	827.138,87	0,03%
BlackRock Brasil Gestora de Investimentos Ltda.	-	-	88.571.392,00	57,18%	-	-	-	-	-	-	-	-	88.571.392,00	2,79%
SulAmérica Investimentos Gestora de Recursos S/A	-	-	12.010.746,75	7,75%	-	-	-	-	-	-	-	-	12.010.746,75	0,38%
Banco Itaú-Unibanco S/A	-	-	28.313.952,00	18,28%	-	-	-	-	-	-	-	-	28.313.952,00	0,89%
BB DTVM S/A	-	-	-	-	-	-	47.296.168,27	100%	-	-	-	-	47.296.168,27	1,49%
BRZ Investimentos Ltda.	5.586.780,84	0,21%	-	-	45.643.557,31	43,38%	-	-	-	-	-	-	51.230.338,15	1,61%
DGF Gestão de Fundos Ltda.	-	-	-	-	552.098,02	0,52%	-	-	-	-	-	-	552.098,02	0,02%
Ória Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	8.990.369,57	8,54%	-	-	-	-	-	-	8.990.369,57	0,28%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	814.823,33	0,03%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	814.823,33	0,03%
Pátria Investimentos Ltda.	-	-	-	-	26.173.543,12	24,88%	-	-	-	-	-	-	26.173.543,12	0,82%
P2 Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	3.459.492,61	3,29%	-	-	-	-	-	-	3.459.492,61	0,11%
Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	12.097.977,72	11,50%	-	-	-	-	-	-	12.097.977,72	0,38%
NEO Gestão de Recursos Ltda.	-	-	-	-	7.475.729,06	7,10%	-	-	-	-	-	-	7.475.729,06	0,24%
M Square Brasil Investimentos Ltda.	-	-	13.262.324,34	8,56%	-	-	-	-	-	-	-	-	13.262.324,34	0,42%
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	-	-	12.734.498,88	8,22%	-	-	-	-	-	-	-	-	12.734.498,88	0,40%
TOTAL GERAL (% s/ o total dos investimentos)	2.704.725.650,44	85,17%	154.892.913,97	4,88%	105.219.906,28	3,31%	47.296.168,27	1,49%	80.505.737,81	2,54%	83.111.028,18	2,62%	3.175.751.404,95	100,00

6. RISCO DE MERCADO MÉDIO MENSAL (21 DIAS ÚTEIS) - INTERVALO DE CONFIANÇA DE 95%

VaR - Valor em Risco	2015		2016		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	88.841.345	3,90	92.990.709	3,55	10,00 ⁽¹⁾
Segmento de Renda Variável	13.026.004	6,49	16.124.012	10,90	30,00 ⁽¹⁾
Segmento de Estruturados	3.075.248	3,32	2.721.680	3,45	10,00 ⁽¹⁾
Carteira Consolidada	95.507.947	3,46	105.648.040	3,65	15,00 ⁽¹⁾

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

7. RISCO DE CRÉDITO^(*)

Segmento de Renda Fixa	2015	2016	% Limite Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	94,24%	93,93%	100,00%
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	5,76%	6,07%	80,00%
Médio e Alto Risco de Crédito	-	-	20,00%

(*) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8. EMISSÕES DE TÍTULOS PRIVADOS CARTEIRA PRÓPRIA

EMPRESA	APLICAÇÃO ATUAL	% PL
EMPRESAS FINANCEIRAS	69.527,82	0,00
Banco Safra S/A	69.527,82	0,00
EMPRESAS NÃO-FINANCEIRAS	14.693.195,30	0,46
Debêntures Cemig GT	14.693.195,30	0,46
Total	14.762.723,12	0,46

9 - Informações gerais:

Custodiante: Banco Bradesco S.A
 Responsável pela controladoria: Banco Bradesco S.A
 Responsável pela consolidação: Banco Bradesco S.A
 Responsável pelo controle do risco: Fundação Itaipu-BR
 Responsável pela auditoria de gestão: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

10- Informações do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, parágrafo 5º, do Artigo 35 da Lei Complementar nº 109, 29/05/2001

Administrador Qualificado: **Silvio Renato Rangel Silveira**
 Diretor Superintendente da Fibra
 Tel: 41-3321.4365
 e-mail: rangel@fundacaoitaipu.gov.br

RESUMO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS – Plano de Gestão Administrativa - PGA

1. Alocação dos recursos da carteira de investimentos

Composição dos Investimentos	Posição em 2015		Posição em 2016		Limites Política Faixas de alocação		Limites 3.792
	Valor (R\$)	% do Total	Valor (R\$)	% do Total	% Min	% Max	
Total das Aplicações	7.559.182,60	100,00	9.180.701,91	100,00	-	-	-
Renda Fixa	7.558.830,35	100,00	9.179.810,91	99,99	0	100	100
Disponível em caixa	352,25	0,005	891,00	0,01	0	0	0

2. Taxa mínima atuarial e rentabilidades

Segmento	Benchmark 2015	2015		Benchmark 2016	2016	
		% Rentabilidade	% Benchmark		% Rentabilidade	% Benchmark
Renda Fixa	100% CDI	13,36	13,24	100% CDI	14,29	14,00

3. Divergência não planejada (em relação ao CDI a.a.) (IN SPC 2 DE 18/05/2010)

Segmento	Meses	Segmento de Renda Fixa		Total do Plano		TMA	
		12 meses	36 meses	12 meses	36 meses	12 meses	36 meses
2016	Janeiro	0,04	3,24	0,04	3,24	13,37	36,20
	Fevereiro	0,07	3,44	0,07	3,44	13,58	36,91
	Março	0,01	3,14	0,01	3,14	13,72	37,75
	Abril	(0,03)	2,90	(0,03)	2,90	13,84	38,38
	Maió	(0,02)	3,06	(0,02)	3,06	13,98	39,10
	Junho	(0,05)	3,21	(0,05)	3,21	14,09	39,88
	Julho	(0,05)	3,31	(0,05)	3,31	14,01	40,44
	Agosto	(0,07)	3,43	(0,07)	3,43	14,13	41,17
	Setembro	(0,16)	3,39	(0,16)	3,39	14,13	41,74
	Outubro	(0,02)	3,54	(0,02)	3,54	14,07	42,09
	Novembro	0,41	3,62	0,41	3,62	14,04	42,55
	Dezembro	0,41	3,66	0,41	3,66	13,88	42,88

Divergência Não Planejada - Atendimento às Instruções Normativas da SPC nº 2, de 18/05/2010. Refere-se à diferença entre a rentabilidade de cada segmento e a Taxa Mínima Atuarial - TMA (100% do CDI), mês a mês, calculada pelo fluxo diário dos ativos.

As justificativas técnicas constam em relatórios específicos, atestadas pelo Administrador Estatutariamente Tecnicamente Qualificado e entregue ao Conselho Fiscal. O documento original encontra-se a disposição da Secretaria de Previdência Complementar.

4. Detalhamento dos Investimentos

DISCRIMINAÇÃO	GESTÃO	VALOR (R\$)	% APLIC.
TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PGA		9.180.701,91	100,00%
DISPONÍVEL/IMEDIATO	PRÓPRIA	891,00	0,01%
A - SEGMENTO DE RENDA FIXA		9.179.810,91	99,99%
A1 - TÍTULOS DA CARTEIRA PRÓPRIA	PRÓPRIA	-	0,00%
1 - TÍTULOS PÚBLICOS		-	0,00%
BAIXO RISCO DE CRÉDITO		-	0,00%
NTN - B - Notas do Tesouro Nacional - Série B		-	0,00%
A2 - FUNDOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIRO		9.179.810,91	99,99%
1 - QUOTAS DE FUNDOS DE RENDA FIXA		9.179.810,91	99,99%
Bradesco Referenciado DI Premium	TERCEIRIZADA	9.179.810,91	99,99%

5. Demonstrativo por tipo de gestão: terceirizada ou própria

Data: 31/12/2015 (Inciso III e VII do Art. 19 da IN SPC 14 de 18/01/2007)

TIPO DE GESTÃO / GESTORES	RENDA FIXA	%	TOTAL	% sobre o total
1 - GESTÃO PRÓPRIA - FIBRA	891,00	0,01%	891,00	0,01%
2 - GESTÃO TERCEIRIZADA	9.179.810,91	99,99%	9.179.810,91	99,99%
Bradesco Asset Management	9.179.810,91	99,99%	9.179.810,91	99,99%
TOTAL GERAL (% s/o total dos investimentos)	9.180.701,91	100,00%	9.180.701,91	100,00%

6. Risco de mercado mensal (21 dias úteis) - intervalo de confiança de 95%

VaR - Valor em Risco	2015		2016		% Limite Política
	Valor R\$	% do Valor	Valor R\$	% do Valor	
Segmento de Renda Fixa	4.209	0,05	1.259	0,01	10,00 ⁽¹⁾

(1) Alterado o limite na Política de Investimentos para 2013, conforme o Critério de Avaliação de Risco I-001-2011 de 23/12/2011 revisão 2.

7. Risco de crédito^(*)

Segmento de Renda Fixa	2015	2016	% Limite	Resolução 3.792
Baixo Risco de Crédito Tesouro	18,62%	77,28%	100,00%	
Baixo Risco de Crédito Outros (inclui Títulos Privados)	81,29%	22,72%	80,00%	
Médio e Alto Risco de Crédito	0,09%	0,00%	20,00%	

(*) Percentual em relação à carteira de investimentos.

8 - Informações sobre despesas

DESCRIÇÃO	2016 Total	2015 Total
DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS DA FIBRA	15.294.034,55	14.028.893,22
Pessoal e Encargos - Pessoal Próprio	10.356.577,80	9.294.726,08
Pessoal e Encargos - Dirigentes	666.421,04	640.401,59
Despesas com treinamentos - inscrições e viagens	136.362,44	159.153,68
Consultoria atuarial e previdenciária	199.732,19	170.220,26
Auditoria Externa	151.540,23	42.428,21
Consultoria de Investimentos	345.910,02	409.692,72
Consultoria Informática	459.842,17	382.145,71
Despesas advocatícias	389.689,76	349.042,64
Comunicação Social	101.556,90	193.008,69
Ativo Permanente de Pequena Monta	3.650,61	1.892,50
Resultado alienação do Ativo Permanente	-	147,00
Consultoria de RH	62.365,90	144.271,09
Manutenção de equipamentos e software	33.866,91	21.459,91
Consultoria do Sistema de Gestão da Qualidade e Riscos	108.911,15	50.979,02
Microfilmagem/digitalização e armazenagem de documentos.	26.829,04	38.503,47
Mensageiros, avaliação de imóveis, locações e outras	69.597,92	81.804,78
Material de expediente	50.577,50	47.054,33
Seguros	36.426,64	37.162,78
Aluguéis	299.914,77	274.129,28
Água, Luz e Telefone	36.185,55	30.129,67
Associações de Classe	97.633,91	84.116,38
Despesas de viagens	298.429,20	280.961,37
Despesas postais e telegráficas	53.289,90	42.826,22
Conservação, limpeza, copa, manutenção e condução e transporte	56.374,43	66.216,94
Despesas legais e tributárias (PIS, COFINS, TAFIC)	1.035.895,75	973.636,82
Jornais, livros e revistas	15.700,70	9.192,91
Depreciações e Amortizações	200.752,12	203.589,17

Custos de Gestão de Investimentos

DESCRIÇÃO	2016 Total	2015 Total
1) - DESPESAS CONTABILIZADAS DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	1.473.587,74	1.110.830,50
Honorários Advocáticos - recuperação de investimentos	594.283,80	506.373,38
IPU e Condomínio de imóveis não locados e taxa de venda de imóveis	392.751,10	171.124,90
Custódia/Controladoria	382.350,32	344.153,20
SELIC, CETIP e outras	104.202,52	89.179,02
2) - DESPESAS DEBITADAS NOS FUNDOS EXCLUSIVOS	-	9.267,53
Auditoria Externa	-	-
Custódia/Controladoria	-	-
Corretagens	-	-
SELIC, CETIP, CBLC e outras	-	6.867,53
Taxa de Performance Fee	-	-
Taxa de Administração dos fundos exclusivos	-	-
Taxa de Fiscalização da CVM	-	2.400,00
TOTAL DOS CUSTOS DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	1.473.587,74	1.120.098,03

Rua Comendador Araújo, 551 – 9º andar
80420-000 | Curitiba | Paraná
Telefones 41 3321 4001 – 0800 41 4404
www.fundacaoitaipu.com.br
fibra@fundacaoitaipu.com.br
Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo de Itaipu
Telefone 45 3520 5210

Este relatório foi impresso
a um custo unitário de
R\$ 6,85 provenientes de
recursos específicos do custeio
administrativo.
Disponível também no *site*.

Constituição 26-02-1988
Início das atividades 01-04-1988
Reconhecida em 30-11-1988
Portaria nº 4367-MPAS

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvio Renato Rangel Silveira
Diretor-Superintendente

Denyse Gubert Rocha

Diretora de Administração e
Processos

Florício Medeiros da Costa

Diretor de Seguridade

CONSELHO DELIBERATIVO

**João Emílio Corrêa da Silva de
Mendonça**

Presidente

Ariel da Silveira

Presidente Substituto

Rosimeri Fauth Ramada Martins

Representantes dos Ativos

Laerti Alves Quadrado

Representante dos Assistidos

Eron Márcio Nyznyk

Representante dos Assistidos

Saulo Assumpção

CONSELHO FISCAL

Márcia Abreu de Aguiar Buerger
Presidente

Viviane Aparecida da Silva

Presidente Substituta

Representante dos Ativos

Adriana Moreira

Representante dos Assistidos

José Antonio Santos

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Luiz Covello Rossi
Presidente

Mariana Favoreto Thiele

Presidente Substituta

Andrea Silva Medeiros

Representantes dos Ativos

Alexandra Dias Mendoza

Silvio José Silvestre

Representante dos Assistidos

Luiz Carlos da Conceição